

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIENCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIENCIAS SOCIAIS  
ESPECIALIZAÇÃO EM PENSAMENTO POLÍTICO BRASILEIRO**

**O PENSAMENTO DE CELSO FURTADO: UMA ANÁLISE  
DO (SUB)DESENVOLVIMENTO - PRODUTIVIDADE,  
ACUMULAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA**

**LUIZA CRISTINA DE OLIVEIRA LINS**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2008**

**O PENSAMENTO DE CELSO FURTADO: UMA ANÁLISE DO  
(SUB)DESENVOLVIMENTO - PRODUTIVIDADE,  
ACUMULAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA**

por

**Luiza Cristina de Oliveira Lins**

Trabalho monográfico defendido no curso de Especialização em Pensamento Político Brasileiro, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Especialista em Pensamento Político Brasileiro.**

**Orientador: Prof. Dr. Reginaldo Teixeira Perez**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2008**

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Ciências Sociais e Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Pensamento Político Brasileiro**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a Monografia de Especialização

**O PENSAMENTO DE CELSO FURTADO: UMA ANÁLISE DO  
(SUB)DESENVOLVIMENTO – PRODUTIVIDADE, ACUMULAÇÃO E  
DISTRIBUIÇÃO DE RENDA**

elaborada por  
**Luiza Cristina de Oliveira Lins**

como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Especialista em Pensamento Político Brasileiro**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

**Reginaldo Teixeira Perez, Dr.**  
(Presidente/Orientador)

**Adayr da Silva Ilha, Dr. (UFSM)**

**Olinda Barcellos, Ms. (FADISMA)**

Santa Maria, 08 de novembro de 2008.

“Para Felipe, esposo amado, sem cujo amor, compreensão e incentivo, tudo se tornaria muito mais difícil.

Aos amigos e aos familiares, dos quais a distância não nos afasta, mas a saudade se faz permanente.”

Agradeço a Deus pelo seu favor, ao professor Reginaldo T. Perez pela sua orientação e valiosa contribuição.

## RESUMO

A finalidade deste estudo é contribuir para uma avaliação da importância do pensamento de Celso Furtado na elucidação do funcionamento das economias periféricas do sistema capitalista, em especial a brasileira. Sua proposição demonstra, como grande contribuição deste autor, a formulação da dinâmica do desenvolvimento econômico de modo a explicar a maneira como este se processou nos países menos avançados do sistema. Para tanto, abordou-se o processo de industrialização ocorrido nos países dependentes e suas especificidades que eram apontadas por Furtado como obstáculos ao crescimento econômico conjugado com desenvolvimento. Sob esse aspecto, foram examinadas as questões referentes à produtividade do trabalho e à acumulação de capital no contexto da industrialização tardia, e foram avaliados os temas referentes à concentração de renda, as teses relativas à distribuição desta e os pontos concernentes ao salário real. A eleição dessas questões explica-se por serem elas fundamentais para o desenvolvimento, no ponto de vista de Furtado, no sentido de que a combinação ótima dos fatores produtivos que causa os aumentos de produtividade e possibilita a acumulação de capital consiste no próprio desenvolvimento e o crescimento da renda real gerado e sua posterior repartição determinam o sentido do progresso. Na investigação procurou-se articular a maneira como se apresentavam esses fatores nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, ressaltando as diferenças observadas. Buscou-se destacar o modo como o autor compreendia o desenvolvimento e o subdesenvolvimento econômico e identificar a ideologia à qual tomava parte, evidenciando elementos estruturalistas e da política desenvolvimentista por ele defendidos. Foi relatada também a percepção de Furtado com relação às estratégias de superação ao subdesenvolvimento, enfatizando a necessidade de transformação da sociedade e dos objetivos econômicos por meio das reformas políticas como instrumento decisivo para a solução dos impasses do subdesenvolvimento.

**Palavras-chave:** desenvolvimento; economias periféricas; industrialização.

## ABSTRACT

The purpose of this study is to contribute to an assessment of the Celso Furtado's thinking importance in the working method's elucidation of the capitalist system's peripheral economies, particularly in Brazil. His proposal shows, as a major contribution of this author, the formulation of dynamic economic development in order to explain how this was done in less developed countries of the system. To that end, it is addressed the process of industrialization occurred in dependent countries and its peculiarities, that were identified by Furtado as obstacles to economic growth combined with development. In this regard, the issues related to labor productivity and capital accumulation in the context of late industrialization were examined, and the themes related to the income concentration, the propositions concerning to this distribution and the points concerning the real wage were analyzed. The election of those issues is explained by their fundamental importance to the development, in Furtado's view, in the sense that the optimal combination of productive factors that cause the increases in productivity and enables the accumulation of capital consist in the own development and the produced growth of real income and the its subsequent distribution determine the progress direction. In the investigation it was tried to articulate the way how these factors happened in developed and underdeveloped countries, emphasizing the observed differences. The purpose was to highlight how the author understood the economic development and underdevelopment and to identify which ideology he took part, showing evidence of structuralist elements and which developmental policy he defended. It was also reported Furtado's perception about strategies for underdevelopment overcoming, emphasizing the need of society transformation and economic objectives through political reforms as a tool for solving the underdevelopment dilemmas.

**Key-words:** development; peripheral economies; industrialization.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
CAPÍTULO I BREVE BIOGRAFIA INTELECTUAL.....	10
CAPÍTULO II PRODUTIVIDADE E ACUMULAÇÃO DE CAPITAL NO SETOR INDUSTRIAL DAS ECONOMIAS PERIFÉRICAS.....	15
2.1 Industrialização e produtividade nas economias subdesenvolvidas.....	16
2.2 Processo de acumulação na periferia do sistema capitalista.....	22
CAPÍTULO III DISTRIBUIÇÃO DE RENDA COMO POLÍTICA NECESSÁRIA PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO.....	28
3.1 Teses distributivas fordianas.....	31
3.2 Relevância da mobilização trabalhista no repasse dos incrementos da produtividade para o salário real.....	35
CAPÍTULO IV FORMULAÇÃO DA PROBLEMÁTICA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	41
4.1 A industrialização periférica e os aspectos estruturalistas.....	44
4.2 A proposta de política desenvolvimentista.....	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	57

## INTRODUÇÃO

Celso Furtado pode ser qualificado como um dos mais criativos pensadores do Brasil, intelectual de atuação destacada no plano político, percebia a economia como meio mais eficaz de compreensão da sociedade, por identificar-se com seu país dedicou grande parcela de sua vida ao exercício de entendê-lo e interpretá-lo.

Furtado contribuiu para uma criação intelectual que atentava para a importância das reformas políticas como instrumento de superação do subdesenvolvimento, além de abordar as questões sociais e discuti-las com transparência, lançando, assim, as bases para um projeto de progresso em harmonia com equidade social.

O objetivo de compreender os motivos do persistente atraso de um país que exprimia tantas possibilidades como Brasil, pauta todo o pensamento teórico de Furtado e também sua atuação como homem público. O seu empenho intelectual tem como centro de interesse o debate em torno dos problemas do desenvolvimento, da dependência econômica, da especificidade do subdesenvolvimento, no intuito de entender a realidade de sua terra.

Coloca sua capacidade criadora a favor da ação transformadora, que julgava capaz de solucionar os impasses do subdesenvolvimento e proporcionar o progresso da nação, através da construção de um projeto de sociedade. É neste sentido que Furtado orienta sua construção intelectual.

O presente ensaio tem por finalidade analisar o pensamento de Celso Furtado a respeito da dinâmica do desenvolvimento e subdesenvolvimento econômico, através da abordagem da produtividade econômica, do processo de acumulação de capital e da distribuição da renda, buscando identificar os fatores estruturais internos de entrave ao desenvolvimento.

Justifica-se a escolha dos pontos acima pela relevância da combinação racional dos fatores de produção, isto é, capital e força de trabalho, para o ritmo do

desenvolvimento econômico, que se encontra sujeito de forma direta à produtividade e ao empenho de acumulação. Estes últimos exercem influência decisiva na renda real, cuja redistribuição distingue o processo de desenvolvimento.

A importância do estudo localiza-se na tentativa de identificar a proposição do subdesenvolvimento como uma situação particular, que caracterizava a dependência econômica e cultural das economias de industrialização tardia, nas quais o processo de industrialização possibilitou em algumas fases o crescimento econômico, mas não o desenvolvimento como compreendido e ambicionado por Furtado.

A pesquisa limita-se a destacar e avaliar os elementos acima citados, que, na percepção do autor, se configuravam em obstáculo para o desenvolvimento e para a conseqüente redução das disparidades sociais, gerando uma situação de submissão na estrutura econômica das economias periféricas em relação às centrais, que vinha a determinar o subdesenvolvimento.

A metodologia utilizada na investigação irá articular as seguintes modalidades de pesquisa: descritiva, serão analisadas e descritas formulações teóricas de Furtado a respeito do tema do subdesenvolvimento; documental, serão investigadas e interpretadas as contribuições teóricas existentes, que tratam o assunto; bibliográfica, serão consultados livros e artigos referentes ao objeto de estudo; científica, a investigação será planejada, desenvolvida e regida de acordo com as normas da metodologia científica.

O trabalho encontra-se dividido em quatro capítulos além dessa introdução. O primeiro traz uma resumida biografia da vida de Furtado. No segundo é realizada uma análise dos temas que tratam o processo de acumulação e a produtividade na industrialização das economias atrasadas. O terceiro apresenta uma apreciação sobre a questão da concentração e distribuição de renda, elementos de um crescimento econômico conjugado com atraso social. O quarto consiste em uma análise geral de aspectos do pensamento do autor sobre a perspectiva do desenvolvimento, abordando a concepção da teoria estruturalista. As considerações finais retomam alguns pontos principais sobre a matéria exposta e concluem o ensaio.

# CAPÍTULO I

## BREVE BIOGRAFIA INTELECTUAL<sup>1</sup>

Aos 26 de julho de 1920 nasce em Pombal, sertão da Paraíba, Celso Monteiro Furtado, de família de proprietários de terra e de magistrados. Realizou seus estudos secundários no Liceu Paraibano e no Ginásio Pernambucano, em Recife. Em 1939 muda-se para o Rio de Janeiro e em 1940 inicia os estudos de nível superior ingressando na Faculdade Nacional de Direito da então Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro. Neste mesmo ano começa a trabalhar como jornalista para a Revista da Semana.

No ano de 1943 Furtado é aprovado em concurso do DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público) para assistente de organização, e no de técnico de administração de Departamento do Serviço Público do Estado do Rio de Janeiro, passando, então, a trabalhar no Rio e em Niterói. No ano seguinte cursa o CPOR (Corpo de Preparação de Oficiais da Reserva), é então convocado para a Força Expedicionária Brasileira e em 1945 segue para a Itália, servindo, na Toscana, como oficial de ligação junto ao V Exército norte-americano, vindo a sofrer um acidente em missão durante a ofensiva final dos aliados no Norte da Itália.

De volta ao Brasil, Furtado reassume seu cargo no DASP e em 1946 recebe o prêmio Franklin D. Roosevelt, pelo ensaio “Trajetória da Democracia na América”, em concurso realizado pelo Instituto Brasil-Estados Unidos. No mesmo ano publica por conta própria seu primeiro livro, “De Nápoles a Paris – Contos da Vida Expedicionária”, que aborda a presença brasileira na Itália durante a Segunda Guerra Mundial; embarca para Paris onde ingressa no curso de doutorado em economia da Faculdade de Direito e Ciências Econômicas da Universidade de Paris – Sorbonne, e no Instituto de Ciências Políticas. Mesmo em Paris continua contribuindo com a Revista da Semana, Panfleto e Observador Econômico e Financeiro, enviando reportagens e artigos.

---

<sup>1</sup> Fonte de pesquisa: FURTADO, Celso. **A Fantasia Organizada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997a, p.09-14.

Em junho de 1948, Furtado obtém o título de doutor em economia pela Universidade de Paris e já em agosto do mesmo ano retorna ao Brasil, reassumindo seu trabalho no DASP, além de juntar-se ao quadro de economistas da Fundação Getúlio Vargas e colaborar na revista Conjuntura Econômica.

Já em Fevereiro de 1949, segue para Santiago no Chile, indo trabalhar no órgão recém criado das Nações Unidas, a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), que veio a tornar-se a única escola de pensamento econômico surgida no terceiro mundo. Ali se dedicava a pesquisas e passava a escrever seus primeiros trabalhos de economia.

Quando o economista argentino Raúl Presbich assume a secretaria executiva da CEPAL em 1950, Furtado é nomeado diretor da Divisão de Desenvolvimento, ficando a seu cargo missões em vários países na América Latina. Neste ano é publicado pela Revista Brasileira de Economia, da Fundação Getúlio Vargas, seu primeiro artigo de análise econômica intitulado “Características gerais da economia brasileira”. Dois anos depois a mesma revista publica outro artigo seu, “Formação de capital e desenvolvimento econômico”, que fica conhecido internacionalmente, sendo traduzido para o International Economic Papers da Associação Internacional de Economia.

O Grupo Misto CEPAL-BNDE formado por economistas destas duas instituições, traz Furtado de volta ao Brasil em 1953, instala-se no Rio de Janeiro para presidir este grupo, que elabora estudo sobre a economia brasileira, enfatizando as técnicas de planejamento. O documento oriundo deste estudo virá a ser mais tarde a base do Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek.

Ainda no Brasil, em 1954, publica seu primeiro livro de economia, “A economia brasileira”, sobre a teoria do desenvolvimento e subdesenvolvimento. Se junta também a um grupo de amigos, criando no Rio de Janeiro o Clube de economistas, que elabora a Revista Econômica Brasileira. Logo no ano seguinte retorna a CEPAL, quando recebe a missão de conduzir um estudo sobre a economia mexicana, o que o faz instalar-se na Cidade do México em 1956.

No ano de 1957, porém, Furtado afasta-se da CEPAL, retirando uma licença sem vencimentos por um ano. Retorna ao Rio de Janeiro, onde realiza uma série de dez conferências no ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), tratando das perspectivas da economia brasileira. Em seguida, embarca com destino a Inglaterra, e vai para a Universidade de Cambridge, permanecendo um ano no King's College, onde efetua estudos de pós-graduação e escreve sua obra "Formação econômica do Brasil", que se tornará seu livro mais conhecido.

Ao regressar ao Brasil em 1958, desliga-se definitivamente da CEPAL e passa a ocupar uma diretoria no BNDE. A seguir, o presidente Juscelino Kubitschek o nomeia interventor no Grupo de Estudos do Desenvolvimento do Nordeste (GTDN). Prepara, então, para o governo federal o estudo "Uma política de desenvolvimento para o Nordeste", originando assim, o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO), para o qual é designado secretário executivo.

Posteriormente, em 1960, o Congresso Nacional autoriza lei que institui a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), órgão em que Furtado é indicado para exercer a superintendência, cargo este que lhe proporciona encontro em Washington com o presidente John Kennedy, a fim de tratar o apoio do governo deste para um programa de cooperação com a Sudene.

No governo do presidente João Goulart em 1962, Furtado é nomeado primeiro titular do Ministério do Planejamento, período em que organiza o Plano Trienal. Mas já no ano seguinte, deixa este Ministério e volta à superintendência da Sudene, onde cria e estabelece a política de incentivos fiscais para os investimentos da região.

Com o golpe militar de 31 de março de 1964 e a publicação do Ato Institucional nº 1 em 04 de abril, tem seus direitos políticos cassados. É convidado para o Instituto Latino-Americano para Estudos de Desenvolvimento (ILPES), instituição ligada a CEPAL, segue então para Santiago do Chile. Porém, não permanece muito tempo neste país, mudando-se em setembro deste mesmo ano para New Haven nos Estados Unidos, onde passa a integrar o quadro do Instituto de Estudos do Desenvolvimento da Universidade de Yale, como pesquisador graduado,

realiza várias conferências em universidades americanas e participa de diversos congressos voltados para os problemas relativos ao terceiro mundo.

Um ano após sua mudança para os Estados Unidos, Furtado volta a mudar-se, desta vez com destino a Paris, é convidado a assumir a cátedra de professor de Desenvolvimento Econômico na Faculdade de Direito e Ciências Econômicas da Universidade de Paris. Através de decreto presidencial do general De Gaulle, torna-se o primeiro estrangeiro nomeado para uma universidade francesa, irá permanecer por vinte anos nos quadros da Sorbonne.

Nos dez anos que cobrem o período de 1968 a 1978, Furtado realiza viagens a diversos países em missões das Nações Unidas, passa por universidades internacionais como a American University em Washington, a Universidade de Cambridge na Inglaterra - onde ocupa a cátedra Simon Bolívar e é nomeado Fellow no King's College - a Columbia University em Nova York, além de integrar o Conselho acadêmico da Universidade das Nações Unidas. Passa a apresentar cursos e seminários e a escrever textos sobre a América Latina, que foram traduzidos para dez línguas estrangeiras. Segundo o próprio Furtado, sua produção intelectual foi muito maior durante os anos de exílio.

Após a anistia em 1979, retorna ao Brasil assiduamente, insere-se novamente na vida política, filiando-se ao PMDB, como membro do diretório nacional. Combinava esta atividade com a de diretor de pesquisas da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, em Paris, proferindo seminários sobre a economia brasileira e internacional.

Após a eleição do presidente Tancredo Neves, é convidado em janeiro de 1985 a participar da Comissão do Plano de Ação do Governo (COPAG). Em agosto deste mesmo ano é denominado embaixador do Brasil junto à Comunidade Econômica Européia. Furtado faz parte também da Comissão de Estudos Constitucionais, sob a presidência de Afonso Arinos, na finalidade de organizar um projeto de nova Constituição. No ano seguinte, o presidente José Sarney o indica para o cargo de ministro da cultura, no qual cria o primeiro projeto de lei de incentivos fiscais à cultura.

No período de 1987 a 1990 participa da South Commission, criada e presidida pelo presidente Julius Nyerere, e constituída unicamente por países do Terceiro Mundo para estabelecer uma política para o Sul. Integra, entre 1993 e 1995, como membro, a Comissão Mundial para a Cultura e o Desenvolvimento, da ONU/UNESCO (Organização das Nações Unidas/ Organização das Nações Unidas Para a Educação, a Ciência e a Cultura), presidida por Javier Pérez de Cuéllar. E entre 1996 e 1998 colabora com a Comissão Internacional de Bioética da UNESCO. Retornando às atividades acadêmicas no Brasil e no exterior, tem seu nome indicado ao Prêmio Nobel de Economia.

No ano de 1997, a Academia de Ciências do Terceiro Mundo cria o Prêmio Celso Furtado, que será concedido a cada dois anos ao melhor trabalho de um cientista do Terceiro Mundo no campo da economia política. Ainda neste mesmo ano é eleito para a Academia Brasileira de Letras, ocupando a cadeira de nº 11 até 2004, ano de sua morte.

## **CAPÍTULO II**

### **PRODUTIVIDADE E ACUMULAÇÃO DE CAPITAL NO SETOR INDUSTRIAL DAS ECONOMIAS PERIFÉRICAS**

Segundo Bielschowsky (1996), na concepção dos trabalhos iniciais de Raul Prebisch<sup>2</sup> e da CEPAL, o subdesenvolvimento é caracterizado por uma composição econômica diversa na periferia. Como resultado da sua ligação com os países do centro, convivem simultaneamente nas economias periféricas ramos de atividade modernos, atuando nas atividades de exportação, e um amplo setor de subsistência que funciona em graus de produtividade bastante abaixo dos verificados nas economias centrais.

As economias da periferia do sistema capitalista apresentavam características acentuadas que resultavam em baixa diversificação e combinação da base produtiva do sistema e na centralização em produtos primários, estas particularidades podiam ser verificadas na abundância, baixo custo e precária qualificação da mão-de-obra, na concentração de renda, no reduzido tamanho do mercado interno e na carência de inovação tecnológica.

De acordo com Bielschowsky (1996), o desenvolvimento das economias periféricas poderia ser compreendido como uma dinâmica homogeneizante no padrão de atividade produtiva de toda a estrutura econômica. A situação se tornava mais difícil devido ao emprego de técnicas no processo produtivo que utilizavam proporcionalmente muito mais o fator escasso, o capital, do que o fator abundante, o trabalho, o que representava uma má utilização da insuficiente poupança disponível.

O processo de industrialização dessas economias produziu especificidades históricas, na industrialização tardia a função da acumulação se distancia do modelo clássico e do progresso tecnológico. Não há na acumulação o incentivo para a propagação do poder e o progresso tecnológico enfatizava o poder

---

<sup>2</sup> Economista argentino de renome internacional, criador e dirigente por vários anos do Banco Central da Argentina. Um dos mais destacados intelectuais da CEPAL, e um dos responsáveis por iniciar e difundir a corrente estruturalista do pensamento econômico.

patrimonial, de modo que as condições para a reforma política progressiva eram restritas (FURTADO, 1997c).

Assim, as modificações geradas no sistema produtivo eram impulsionadas por modelos copiados das economias centrais e não eram marcados por mudanças concomitantes na dinâmica econômica e na estrutura da sociedade, e, portanto, não conduziam a grandes resultados positivos nesta.

## **2.1 Industrialização e produtividade nas economias subdesenvolvidas**

De acordo com Bielschowsky (1996), na visão de Furtado o resultado da evolução do modelo europeu de capitalismo na organização de economias de industrialização tardia teve como consequência a construção de uma composição econômica completamente diversa da dos países europeus, uma vez que no desenvolvimento de tipo clássico, o progresso tecnológico derivou de circunstâncias históricas específicas, que possibilitaram ao sistema produtivo tornar-se mais ou menos uniforme<sup>3</sup>.

Conforme Furtado (1976, p.21) “o crescimento da indústria brasileira não se processou desde o início pela forma normal de aumento da produtividade”. Segundo o autor a elevação dos ganhos poderia acarretar um acréscimo do consumo e da importação de produtos dispendiosos, ou, então, um maior emprego de capitais, com vistas à ampliação da capacidade produtiva.

Na compreensão de Furtado, a segunda opção que configurava como a mais apropriada para o progresso do país, não aconteceu como se ambicionava, devido aos baixos níveis de desenvolvimento do mercado interno. Afirmava, que “numa economia à base de mercado interno (...) a expansão que se traduz

---

<sup>3</sup> Segundo Furtado, na industrialização clássica a fabricação de produtos apresentava um fluxo de mudanças substantivas e concorria o mercado com a produção artesanal, já no processo de industrialização dependente a produção doméstica competia com bens vindos de fora, geralmente superiores. Sendo assim, as técnicas adotadas, são em algum nível, predefinidas. FURTADO, 1997c, p.69.

exclusivamente em aumento de lucros debilita o corpo econômico como um todo e representa antes uma distorção que um crescimento” (FURTADO, 1976, p.21).

Nas economias periféricas as transformações do sistema produtivo são inspiradas pelo exterior, enquanto que nas economias centrais as mudanças ocorrem nas estruturas econômicas e no aparelho social<sup>4</sup>.

A possibilidade de estabelecer relação com o mercado externo propiciava o incremento da produtividade sem que ocorresse uma acumulação preliminar, porém não garantia a continuidade do processo de desenvolvimento.

Na base de tudo, estão aumentos de produtividade. Portanto, desenvolvimento e aumento de produtividade vêm a ser a mesma coisa. Ora, percebi naquela época que essas podiam ser coisas diferentes e que um país determinado podia beneficiar-se do crescimento econômico como simples decorrência de sua inserção no sistema de divisão internacional do trabalho. Introduzi então o conceito de modernização para descrever a situação da sociedade que eleva sua produtividade econômica como decorrência da simples inserção na divisão internacional do trabalho. A modernização significa a adoção de novas formas de vida por imitação de outras sociedades que, essas, se beneficiam de autêntica elevação de produtividade física (FURTADO, 1995. In GAUDÊNCIO e FORMIGA, 1995, p.76).

Furtado, seguindo a concepção prebischiana<sup>5</sup>, afirma que a industrialização dos países periféricos do sistema capitalista se configurava em modernização, isto é, adoção do arquétipo tecnológico da indústria avançada. Os empresários locais devido à concorrência entre a indústria interna e os fabricantes externos, empregam as técnicas avançadas intensivas em capital utilizadas nos países desenvolvidos, e que nestes proporcionam alta produtividade (BIELSCHOWSKY, 1996).

Furtado entendia que a irregularidade estrutural no aspecto da demanda era causadora do demorado processo de inserção do avanço tecnológico na economia do país e da insuficiente propagação dos resultados do avanço da produtividade.

---

<sup>4</sup> Furtado afirmava que existia proveito em usufruir as tecnologias externas já criadas e testadas, mas estas não se podiam comparar com as inovações que são derivadas de maneira peculiar ao processo de desenvolvimento.

<sup>5</sup> “No centro do pensamento de Prebisch estava a idéia de que o desenvolvimento da periferia tinha como motor a difusão do progresso técnico” FURTADO, 1997a, p.194.

Bielschowsky (1996), alega que a dinâmica da industrialização na periferia se apresentava como uma operação de fabricação interna de produtos designados a abastecer um exigente padrão de demanda, que foi provocada devido ao inesperado rompimento da capacidade de importar.

A composição agrária precária, que se propagava devido à presença do latifúndio, ao baixo nível de produtividade e ao elevado desperdício de mão-de-obra na agricultura, se configurava como outro fator de entrave ao desenvolvimento.

tudo se passa como se a existência de um setor pré-capitalista de caráter semifeudal em conjugação com um setor industrial que absorve uma tecnologia caracterizada por um coeficiente de capital rapidamente crescente, dessem origem a um padrão de distribuição de renda que tende a orientar a aplicação dos recursos produtivos de forma a reduzir a eficiência econômica destes e a concentrar ainda mais a renda, num processo de causação circular. No caso mais geral, o declínio na eficiência econômica provoca diretamente a estagnação econômica. Em casos particulares, a crescente concentração da renda e sua contrapartida de população subempregada que aflui para as zonas urbanas, criam tensões sociais que, por si, são capazes de tornar inviável o processo de crescimento (FURTADO, 1968, p.86).

Nos sistemas subdesenvolvidos, o setor avançado constitui-se no setor de exportação de produtos primários, que possui uma dinâmica dependente da demanda externa, e por este motivo a degradação dos termos de troca, provoca a absorção do seu excedente. O setor atrasado é constituído pela ampla produção agrícola de subsistência, que, não é capaz de produzir um mercado doméstico. Na percepção furtadiana, a degradação dos termos de troca, impede o setor exportador de satisfazer a função de modificador das organizações econômicas e sociais internas<sup>6</sup>.

De acordo com Bielschowsky (1996), Furtado entendia o processo de industrialização como problemático, pois era realizado com muita velocidade, numa conjuntura econômica que não se apresentava suficientemente modernizada<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> Para Furtado a degradação dos termos de troca era observada como consequência própria da ligação de economias de traços coloniais com metrópoles, constituindo-se em um fator da propensão à concentração do poder econômico que marca o progresso do capitalismo. FURTADO, 1997a, p.163.

<sup>7</sup> O aumento da penetração da industrialização nas economias dependentes necessita da possibilidade de adquirir uma tecnologia que exige um nível de desenvolvimento das forças

A maior produção extensiva e o menor rendimento do trabalho do setor agrícola dos países da periferia resulta em uma maior produtividade que é repassada para os países centrais. A periferia fabrica produtos que são subordinados às variações de preço de acordo com os ciclos econômicos das economias avançadas.

Num clima de negócios em que predomina uma elevada taxa de lucros e no qual não se manifestam pressões para reduzir essa taxa, a preocupação com a produtividade é sempre relegada a segundo plano, o que constitui vício fundamental em um sistema industrial. Na ausência de preocupação predominante com a produtividade, os problemas de escolha de tecnologia, de adequada localização, enfim todos os critérios de racionalidade, são relegados a segundo plano. O que vem a ser o mesmo que afirmar que todo desenvolvimento se faz com elevado custo social (FURTADO, 1961, p.258).

Nos países do centro do sistema, o modelo de consumo se desenvolveu simultaneamente com o progresso técnico e a acumulação capitalista, que transferiu os ganhos de produtividade para os trabalhadores, por meio da ação sindical, além de tornar variado o setor produtivo. Nos países periféricos o modelo de consumo ultrapassava a produção interna, uma vez que os bens duráveis de luxo eram comprados com recursos do setor primário exportador.

O progresso implantava-se na sociedade brasileira não por modificações na estrutura social e produtiva, mas pela modernização dos padrões de consumo das elites. Atender a demanda da elite, que seguia um modelo de consumo importado se tornava um fator problemático, já que a base estrutural era pouco diversificada e com baixa produtividade. Assim, aponta o autor que nessa dinâmica “Longe de ser um reflexo do nível de acumulação alcançado, a evolução do sistema produtivo assume a forma de processo adaptativo no qual o papel diretor cabe às forças externas e internas que definem o perfil da demanda” (FURTADO, 1997c, p.32).

Furtado assinalava a dificuldade da inadequação tecnológica, na economia de origem colonial definida pelas extensões de um amplo setor tradicional

---

produtivas que não é presumido na evolução da organização da produção. SAMPAIO JUNIOR, 1999 p.184.

de subsistência, com farta força de trabalho, e pela insuficiente acumulação de capital, que assimila a estrutura técnica produzida nos países centrais<sup>8</sup>. Essa estrutura técnica na industrialização das economias avançadas correspondia à disponibilidade de fatores naquela conjuntura histórica de alto grau de acumulação de capital e insuficiência de força de trabalho.

Com efeito, é quando se pretende, mediante à industrialização, substituir os bens importados, que o aparelho produtivo se fratura em dois segmentos: um ligado a atividades tradicionais, destinadas às exportações ou ao mercado interno, e outro constituído de indústrias produzindo para o setor modernizado do consumo. Se observarmos as economias subdesenvolvidas como sistemas fechados, podemos ser levados a afirmar que essa descontinuidade do aparelho produtivo é a manifestação de um 'desequilíbrio ao nível dos fatores', daí deduzindo que a tecnologia é inadequada (FURTADO, 1997c, p.18).

Furtado argumentava que se para vencer o subdesenvolvimento era necessária a extinção da tecnologia não apropriada, a manutenção desta tornaria "possível que o processo de industrialização em países da periferia conserve inalterado seu grau de subdesenvolvimento" (BIELSCHOWSKY, 1996, p.140).

Neste contexto, a industrialização não tem poder para modificar as estruturas tradicionais de subsistência, pois a dependência cultural verificada na diversificação do consumo, nas economias atrasadas, estabelece uma estrutura técnica imprópria. A periferia marcada pela insuficiência de capital e numerosa força de trabalho foi induzida a adotar uma estrutura técnica intensiva em capital e poupadora de trabalho<sup>9</sup>.

Os salários continuariam sendo decididos por fatores externos, pela situação do setor de subsistência, quase que totalmente sem capacidade para agregar os ganhos de produtividade do aparelho industrial. A inadequação tecnológica estabelece empenhos de acumulação cada vez maiores, que as economias periféricas não conseguem arcar sem aumentar a dependência

---

<sup>8</sup> O crescimento ocorrera autônomo aos aumentos de produtividade, sustentava-se pela captação de recursos de terra e mão-de-obra pelo ramo exportador, que na maior parte das vezes atuava nos padrões mais inferiores de produtividade em atividades de subsistência e não promovia a diversificação dos sistemas produtivos. FURTADO, 1997a, p.164.

<sup>9</sup> "A dependência cultural, ao exacerbar as formas de consumo, incitando sua permanente diversificação, reduzia o potencial de poupança e aumentava os requerimentos de capitalização" FURTADO, 1997c, p.69.

financeira. A possibilidade de inclusão das populações socialmente marginalizadas é gradualmente comprimida, uma vez que o processo de industrialização prossegue para graus maiores de assimilação de progresso técnico.

O processo de desenvolvimento se realiza seja através de combinações novas dos fatores existentes, ao nível da técnica conhecida, seja através da introdução de inovações técnicas. Numa simplificação teórica se pode admitir como sendo plenamente desenvolvidas, num momento dado, aquelas regiões em que, não havendo desocupação de fatores, só é possível aumentar a produtividade (a produção real *per capita*) introduzindo novas técnicas. Por outro lado, as regiões cuja produtividade aumenta ou poderia aumentar pela simples implantação das técnicas já conhecidas são consideradas em graus diversos de subdesenvolvimento. O crescimento de uma economia desenvolvida é, principalmente, um problema de acumulação de novos conhecimentos científicos e de progressos na aplicação tecnológica desses conhecimentos. O crescimento das economias subdesenvolvidas é, sobretudo, um processo de assimilação da técnica prevalecente na época (FURTADO, 1952, apud MEMÓRIAS DO DESENVOLVIMENTO, 1997, p.202.).

As modificações ocorridas nos sistemas produtivos e na modernização dos modelos de consumo, referentes ao movimento industrial, possibilitaram acréscimos de produtividade nas economias subdesenvolvidas, pela ampla especialização na região.

Entretanto, conforme Furtado (1997a, p.263), “o aumento de produtividade criado pelo impulso externo servirá apenas para que uma pequena minoria absorva as formas modernas de consumir”.

Assim sendo, a industrialização não determina um impulso no processo de acumulação, uma vez que é estimulada pela substituição de importados, com a finalidade de atender aos novos padrões de consumo que não serão difundidos por toda a sociedade. A industrialização prossegue a expensas da penetração de disparidades estruturais que assinalam a conservação do subdesenvolvimento.

O padrão das economias centrais que é copiado nas economias periféricas resulta na concentração de renda, e a não inserção dos acréscimos de produtividade aos salários, somados à decadência da capacidade de inclusão das populações marginais, atuando sobre a composição do mercado, propaga o mesmo

modelo de crescimento econômico que apenas imita o desenvolvimento, mas não se configura como tal na realidade.

## **2.2 Processo de acumulação na periferia do sistema capitalista**

De acordo com Bielschowsky (1996), Furtado censurava continuamente o consumo desnecessário das elites, acreditava o autor que a capacidade de acumulação era usada sem proveito pelo setor privado, transformando-se em gasto supérfluo.

Para Furtado, o processo de acumulação se baseia na inovação, que possibilita a distinção entre consumidores, e na difusão, que leva a uniformizar os aspectos do consumo. O progresso técnico permite a reprodução ampliada do excedente, que é então transformado em capital.

Na visão do autor o desenvolvimento não será distinto da acumulação, quando se restringir à propagação de técnicas já disseminadas e empregadas amplamente. Delimitar o processo de desenvolvimento ao de acumulação seria o mesmo que não perceber que as técnicas são modelos de conduta que têm sua razão determinada por objetivos firmados a priori<sup>10</sup>.

A concepção de desenvolvimento, estabelecida desta maneira, basear-se-ia na percepção do processo de acumulação que procura superar sua limitação à noção de investimento e a sua restrição à introdução de alterações no setor produtivo.

---

<sup>10</sup> Para Furtado tratar a respeito da divulgação e transferência de tecnologia não passava de eufemização, uma vez que o que se propagava, de fato, era um estilo de vida, que resultava em fragmentação da estrutura de valores constituída na sociedade captadora das novas tecnologias. FURTADO, 1997c, p.19.

A reflexão sobre o *desenvolvimento econômico* tem-se concentrado no estudo do processo acumulativo a nível das forças produtivas. Ora, por trás dos indicadores quantitativos que preocupa o economista desdobra-se o vasto processo histórico de difusão da civilização industrial: a adoção por todos os povos da terra do que se convencionou chamar de *padrões de modernidade*, ou seja, a forma de viver engendrada pela industrialização nos países que a lideram. Daí que o papel da criatividade no desenvolvimento haja perdido nitidez, bem como toda relação entre a acumulação e os valores que presidem a vida social (FURTADO, 1997c, p.19).

Furtado preocupava-se com questões sobre as situações sociais necessárias para a ocorrência da acumulação, refletia sobre a ocasião adequada para se introduzir a discussão a respeito dos horizontes de alternativas possíveis e também sobre o ponto além do qual não se pode ou não se deve prosseguir no empenho de acumulação. “Um ponto que muito me preocupava, e sobre o qual havia certo consenso entre nós, era o da definição do ritmo ótimo da acumulação” (FURTADO, 1997a, p.245).

Conforme Sampaio Junior (1999), no intuito de constituir normas para distinguir a assimilação do progresso técnico, Furtado demonstra que a acumulação somente colabora para a construção de um sistema econômico nacional na ocasião em que:

(...) as necessidades que sobredeterminam a acumulação não-produtiva são compatíveis com as potencialidades materiais do país; a acumulação de capital preserva uma relação de adequação entre composição técnica do capital e modo de organização do mundo do trabalho que é condizente com a geração de escassez relativa de trabalho; e a participação no sistema capitalista mundial não sacrifica o controle da sociedade nacional sobre os fins e os meios do desenvolvimento nacional (SAMPAIO JUNIOR, 1999, p.173).

Furtado afirma que os recursos acumulados deveriam ser os que não são imprescindíveis à subsistência da sociedade, e apresenta a teoria do excedente social, esta tem relação com a teoria da estratificação social<sup>11</sup> e através desta última conecta-se com o estudo dos meios de domínio que criam disparidades na

---

<sup>11</sup> A estratificação social possibilita o aparecimento do excedente dando ocasião à acumulação, esta apresenta modelos variados nas diferentes culturas, dando consistência à estratificação social e à fundamentação do sistema de poder, além de dar suporte à evolução das técnicas. FURTADO, 1997c, p.20-21.

distribuição do produto social. A idéia de excedente baseia-se na observação de que a divisão social do trabalho amplia a sua produtividade.

Neste sentido, a admissão das economias primário-exportadoras na divisão internacional do trabalho, teria alargado as possibilidades de sua ampliação, no conjunto da aceleração da acumulação capitalista, reunindo novas fronteiras e novos grupos de trabalhadores, sem modificação das técnicas do setor produtivo<sup>12</sup>. A elevação da produtividade do trabalho aumentou a base do excedente, que, nos limites dessa estrutura específica de dominação, não seria empregado na alteração das técnicas do sistema de produção (FURTADO, 1997c).

A acumulação que estimula o avanço técnico funciona como motor para a multiplicação do excedente e seria utilizada como um instrumento para repetir a estrutura de dominação na luta pela apropriação do excedente.

Contudo, o que se observava nos países periféricos era uma baixa capacidade de acumulação, o que conduz Furtado a iniciar uma discussão no sentido da realização de uma política específica para favorecer a acumulação e o desenvolvimento, pois acredita o autor que:

O subdesenvolvimento é um desequilíbrio na assimilação dos avanços tecnológicos produzidos pelo capitalismo industrial a favor das inovações que incidem diretamente sobre o estilo de vida. É que os dois processos de penetração de novas técnicas se apóiam no mesmo vetor que é a acumulação. Nas economias desenvolvidas existe um paralelismo entre a acumulação nas forças produtivas e diretamente nos objetos de consumo. O crescimento de uma requer o avanço da outra. A raiz do subdesenvolvimento reside na articulação entre esses dois processos causada pela modernização (FURTADO, 1992, p. 08 apud SAMPAIO JUNIOR, 1999, p.175).

Para Furtado a existência de um método de acumulação de capital que utiliza uma tecnologia imprópria ao modelo do setor do trabalho, não ocasiona carência de mão-de-obra, e por esse motivo não consegue captar o excesso da força de trabalho, gerando uma ruptura na relação entre o desenvolvimento das

---

<sup>12</sup> O sistema de divisão internacional do trabalho é intrínseco ao sistema capitalista, constitui-se num produto da unidade industrial no seu esforço de aumentar os grupos comerciais ou de formar novos. Ibid, p.27.

forças produtivas e a distribuição do produto do progresso. O excesso de força de trabalho impossibilita o repasse dos ganhos de produtividade para os salários<sup>13</sup>.

Os aparelhos industriais caracterizados por estruturas econômicas duais não teriam a capacidade de promover os aspectos da luta de classes que ocorria nos sistemas uniformes. Uma vez que não seria possível realizar em sociedades de fatores distintos, marcadas pela presença de um amplo setor atrasado, não incluído no processo de acumulação, a ação pela apropriação do excedente.

A saída encontrada para a superação permanente das tensões sociais inerentes à reprodução da sociedade capitalista consistiu na orientação do progresso técnico no sentido de compensar a rigidez potencial da oferta de mão-de-obra. (...) Os agentes que dirigem ou controlam as atividades econômicas da sociedade capitalista raramente estão articulados em função de objetivos preestabelecidos. Em realidade, eles competem e disputam entre si um espaço, alimentando assim o processo de acumulação que é responsável, em última instância, pela pressão no sentido de aumento da participação do trabalho na apropriação do produto social. Portanto, ao competirem entre si, tais elementos desencadeiam forças que operam no sentido de reduzir o espaço que eles mesmos disputam. Essa situação favorece sobretudo os agentes que inovam no sentido de economizar mão-de-obra, cuja ação provoca a obsolescência de equipamentos em plena produção (FURTADO, 1980, p.10).

Sampaio Junior (1999), afirma que no ponto de vista de Furtado, o sistema capitalista mundial estimula a dinâmica da economia periférica, pois os modelos de consumo e rendimento eficaz da produção transmitidos do centro, determinam o comportamento da sociedade dependente para administrar os fins e meios que conduzem o processo de acumulação.

Furtado acredita que a estrutura oscilante do sistema capitalista entre pólos opostos gerando simultaneamente desenvolvimento e subdesenvolvimento, possibilitou a aceleração da acumulação nos países avançados, tornando mais

---

<sup>13</sup> De acordo com Sampaio Junior, para Furtado o processo de acumulação que é fundamentado em modelos de consumo se estabelece como um conjunto de circunstâncias que dão movimento à concentração de renda, pois além de se constituir num processo de modernização que atrasa a inclusão de novas técnicas, atrasa também o aparecimento de novas formas de mobilização dos trabalhadores. SAMPAIO JUNIOR, Op. cit. p.176.

profundo o espaço existente entre o centro e a periferia, que criou composições sociais bastante distintas<sup>14</sup>.

De acordo com Sampaio Junior (1999), Furtado aponta que o problema principal do processo de industrialização periférico reside no fato de que esta não desfaz a ideologia cruel de adaptação ao modelo de consumo dos países avançados.

Deste modo, ainda que os núcleos ativos da economia periférica sejam transferidos para o mercado doméstico, a acumulação do capital permanece influenciada por um fenômeno adaptativo que é estimulado pela necessidade de completar lacunas na oferta geradas pela incapacidade de obter artigos importados.

Embora reconheça a importância do processo de acumulação na construção de um sistema econômico nacional, sua reflexão (de Furtado) revela a perversidade de um processo de incorporação de progresso técnico que privilegia o rápido acesso aos padrões de consumo vigentes no centro, em detrimento do desenvolvimento das forças produtivas; a diversificação do consumo das classes de alta renda, em vez da difusão para as camadas menos favorecidas de padrões de consumo já conhecidos; a absorção do estilo de vida do centro, em vez da definição de um estilo de desenvolvimento próprio; o uso de uma tecnologia que exige uma relação produto/capital e capital/trabalho inadequada para as bases técnicas e econômicas da economia nacional, em vez da utilização de uma tecnologia ajustada às necessidades e às possibilidades específicas da economia nacional; e a incorporação de tecnologias de produto, em lugar da assimilação de tecnologias de processo (SAMPAIO JUNIOR, 1999, p.188).

A acumulação era caracterizada por uma relação de subordinação e dependência com o exterior, o aumento da produtividade não ocasionava incorporação simultânea à dinâmica da produção, o excedente gerado acabava sendo apropriado pelo centro do sistema, demonstrando que o problema fundamentava-se no inadequado processo social e político de absorção do progresso tecnológico.

Assim, a acumulação proporcionava modificações na estrutura econômica que se propagavam por toda parte, porém os territórios que nesse conjunto de

---

<sup>14</sup> Para Furtado a dinâmica da acumulação inclinava-se a “ampliar o fosso entre um centro em crescente homogeneização e uma constelação de economias periféricas cujas disparidades continuam a agravar-se” FURTADO, 1997c, p.226.

modificações apresentaram suas composições econômicas e sociais delineadas por aspectos externos, intermediados pela especialização do setor produtivo e pelo estabelecimento de novos modelos de consumo, acabaram por formar a periferia do sistema capitalista.

A não transferência dos recursos oriundos dos aumentos de produtividade para a remuneração da mão-de-obra caracterizava as disparidades críticas na repartição dos frutos do progresso, ocasionava a concentração da renda e desigualdades sociais que engessavam o desenvolvimento. Estas questões constituem o tema de análise do próximo capítulo.

### **CAPITULO III**

## **DISTRIBUIÇÃO DE RENDA COMO POLÍTICA NECESSÁRIA PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO**

De acordo com Bielschowsky (1996), desde a década de 1950 e início da de 1960, Furtado, demonstrava grande apreensão com relação aos problemas sociais e com as disparidades na repartição da renda. Por estes motivos alertava firmemente para a necessidade de reformas e para a questão distributiva no período da industrialização.

A concepção de desenvolvimento da qual Furtado toma parte, implica que este deve contemplar além do progresso econômico, também o desenvolvimento social e isto apenas seria possibilitado uma vez que a renda criada com o crescimento econômico fosse repassada pelos setores retentores do capital na intenção de impedir a concentração.

Segundo Bielschowsky (1996), Furtado julgava que as elites brasileiras não possuíam pensamento empresarial, conservavam a ideologia do lucro sem esforço, que arraigada na classe empresarial, representava um impedimento para o progresso do país.

Furtado não seguia a tese que era característica entre os precursores do desenvolvimento de que a concentração de renda seria circunstância necessária para dar início ao mesmo, de que seria a concentração uma fase anterior ao desenvolvimento, pela qual as economias avançadas tiveram que passar, sendo esta apenas uma etapa do processo de industrialização, à qual estaria vinculada uma necessidade de concentração de renda.

Conforme Furtado (1997c), esta teoria seria originada de um modelo ilustrativo do primeiro estágio de implantação do capitalismo industrial e sustenta que a concentração de renda teria sido necessária nos países centrais do sistema capitalista, uma vez que no início do processo de industrialização destes a taxa de

investimento teria sido muito baixa, desta forma, o incremento necessário para consolidar a industrialização justificaria a concentração de renda.<sup>15</sup>

Essa concentração teria sido um processo dinâmico: o incremento da renda, criado pelas elevações de produtividade era apropriado pelos capitalistas que estavam em busca de recursos para levar adiante a revolução industrial (FURTADO, 1997c, p.216).

Neste sentido, uma vez alcançado determinado grau de acumulação, que aconteceu ao mesmo tempo em que foram extintos os resquícios da economia pré-capitalista, os salários reais aumentariam, seguindo os incrementos de produtividade<sup>16</sup>, “(...) a repartição funcional da renda (repartição do produto entre capitalistas e assalariados) tendeu a estabilizar-se, o mesmo acontecendo com a taxa de investimento” (FURTADO, 1997c, p.216).

Ao apresentar seu discurso sobre o desenvolvimento, Furtado não comungava com a proposição de que a concentração de renda seria eficiente para impulsionar o progresso. Pelo contrário, atribuía ao aumento dos salários uma função essencial na ampliação da demanda agregada e no incremento até mesmo do lucro dos capitalistas.

Alegava que seria possível obter um instrumento mais forte de estímulo à poupança e aos investimentos através da tributação e não da concentração de renda (BIELSCHOWSKY, 1996).

Furtado sintetiza a questão argumentando que:

---

<sup>15</sup> Furtado aponta que essas teses clássicas não estavam baseadas em dados empíricos, eram ‘corolários de teoremas não demonstrados’, embora houvesse indícios de conexão com o aumento dos investimentos industriais e com o equilíbrio do salário real. FURTADO, 1997c, p.216.

<sup>16</sup> De acordo com Furtado, segundo os dados relativos à história do capitalismo industrial, é possível concluir que as economias capitalistas do centro do sistema se industrializaram mantendo o padrão de distribuição social da renda. A elevação da produtividade conduziu a um impacto eqüitativo na renda real dos grupos sociais, preservando um estado de equilíbrio, que apenas sofreu mudanças mais tarde, no sentido de uma distribuição menos desigual, devido à atuação independente do Estado. FURTADO, 1997c, p.217.

Se houve concentração de renda na primeira fase do desenvolvimento do capitalismo industrial (período com respeito ao qual não existem dados), o elevado grau de concentração alcançado foi aparentemente preservado na fase subsequente. Com efeito, como o número relativo de assalariados na força de trabalho se manteve estável, ao mesmo tempo em que se mantinha estável a participação da massa salarial na renda total, deduz-se que o salário médio terá crescido tanto quanto a renda média do conjunto da população (FURTADO, 1997c, p.218)<sup>17</sup>.

Furtado chama a atenção para a tentativa de se explicar a concentração de renda brasileira, pela teoria da necessidade dessa concentração como característica inerente de uma fase inicial do processo de industrialização, onde seria compulsório o aumento da taxa de investimento e o equilíbrio dos salários reais.

Na periferia do mundo capitalista, a industrialização privilegiou minorias que se habituaram às formas de vida dos países ricos. (...) A muitos pareceu que a concentração de renda gerada por esse processo de industrialização constituiu uma necessidade a fim de elevar a taxa de investimentos. Ora, nada mais longe da realidade. A renda concentrou-se exacerbadamente no Brasil no decênio dos 60 sem que a taxa de poupança se haja modificado. É de notar que esse processo normalmente se dá em benefício do consumo da minoria que reproduz as formas de viver dos países de elevados padrões. Trata-se de uma concentração de gastos em consumo, a fim de possibilitar a introdução de novos produtos (FURTADO, 1997c, p.245).

A observação do autor torna-se bastante relevante, visto que no país não se verifica ampliação da taxa de investimento, preservando-se esta estabilizada, quando não são consideradas as provisões de capital do exterior, seria necessário, então, basear a concentração em teses diferentes das do capitalismo clássico.

As causas últimas da concentração seriam as mesmas - abundância de mão de obra, salário básico determinado pelo nível de subsistência, nível de subsistência determinado pelas condições de vida da população das regiões agrícolas de economia semimonetária, inexistência de organizações sindicais capazes de exercer alguma forma de poder, interferência do Estado sempre a favor do capital etc. - mas essas mesmas causas teriam produzido diferentes efeitos. Nas economias clássicas, o efeito principal teria sido a elevação da taxa de investimento; no caso brasileiro o principal efeito observado consiste no crescimento mais que proporcional do consumo do setor rico da população (FURTADO, 1997c, p.220).

---

<sup>17</sup> Furtado relata que a observação dos dados disponíveis sugere que não ocorreram variações na divisão da renda nas economias capitalistas fortemente industrializadas, porém, se se reconhece que ocorreu concentração na etapa inicial, deduz-se que o padrão de distribuição apresentado reflete o nível mais alto de concentração nesses sistemas econômicos. FURTADO, 1997c, p.218.

Destaca o autor, que no caso do capitalismo clássico, a concentração alcançaria obrigatoriamente um ponto final, uma vez que acarretava aumento da taxa de investimento e para investir seria necessária a ampliação do consumo, o que apontava que a ampliação da taxa de investimento se dirigia para sua própria contenção.

Já no Brasil, a concentração da renda não ocasionava uma redução na expansão do consumo, mas somente uma centralização deste. Desse modo, a concentração não poderia ser assinalada como uma etapa provisória, mas sim vista como sendo componente da estrutura do sistema, pois é através dela que são atingidas altas taxas de produtividade.

Acreditava Furtado, que o desenvolvimento deve de fato provocar a desconcentração da renda, e não estimulá-la<sup>18</sup>.

### **3.1 Teses distributivas furtadianas**

Conforme Bielschowsky (1996), em sua construção intelectual, Furtado desde cedo contemplava as propostas redistributivas. Entre suas primeiras reflexões distributivistas, encontram-se a proposição de tributação sobre as classes ricas, habituadas ao consumo supérfluo, com a finalidade de aumentar a poupança e a aplicação de recursos estatais; o debate a respeito da atuação fiscal, que ainda na década de 1950, já o levava às considerações sobre a ligação entre concentração e crescimento; o questionamento quanto às desigualdades regionais, que a partir de 1957, o conduzia a pensar em estratégias para resolver as dificuldades do nordeste; e a sua posição a favor do assunto da reforma agrária.

Essas teses anteriores a 1964, contemplavam principalmente a questão da tributação e das reformas administrativa e agrária como saídas para a concentração de renda.

---

<sup>18</sup> “Se os aumentos de renda se concentram em poucas mãos, não haverá na economia reações que tendam a intensificar o desenvolvimento” (FURTADO, 1997a, p.263).

Bielschowsky (1996), afirma que estas teses já sinalizavam para a argumentação de Furtado orientada para a reestruturação agrária e redistribuição de renda como reformas imprescindíveis para a condução do modelo de desenvolvimento das forças produtivas.

A seguir, Furtado introduz a tese sobre tendência à estagnação, na qual afirma que a concentração de renda conduziria a estrutura de produção para um modelo de industrialização poupador de mão-de-obra, que como resultado intensificava a concentração de renda. Com o avanço do processo industrial para etapas mais adiantadas, os setores modernos, mais intensivos em capital, precisavam de mais mercado consumidor, o que levaria a uma propensão à redução da taxa de lucro, à diminuição na participação dos salários na renda e à ausência de consumidores para novos produtos, acarretando um prejuízo na atividade e a tendência à estagnação.

Conforme Sampaio Junior, o desenvolvimento das forças produtivas exige algumas condições que não necessariamente estarão disponíveis aos meios produtivos que o país possui, produzem-se, então, limitações físicas ao avanço e à diversificação do parque produtivo. A carência no âmbito da acumulação estabelece uma tendência à estagnação, que somente é equilibrada pelo aumento gradual da concentração de renda, uma vez que, quanto mais variado é o consumo mais complicado se torna alcançar quantidades suficientes imprescindíveis para que os investimentos sejam lucrativos. “Em suma, o avanço do processo de diversificação da estrutura produtiva é contido pelos limites de uma capacidade de importação comprimida e pela estreiteza dos mercados compradores” (SAMPAIO JUNIOR, 1999, p.186).

Furtado afirma que o processo de industrialização nas economias periféricas não poderia acontecer do mesmo modo como ocorreu nas economias centrais do sistema capitalista<sup>19</sup>.

---

<sup>19</sup> Conforme Furtado, a industrialização teve bom resultado em países como México e Brasil, que foram capazes de compatibilizar um alto nível de diversificação em seus conjuntos industriais e proporções dos aparelhos produtivos que possibilitavam a obtenção de economias de escala significativas, porém a rápida assimilação de técnicas que seguia o processo de industrialização manifestava-se em forte concentração de renda. FURTADO, 1997c, p.245.

A tecnologia disponível corresponde às necessidades de economias de elevados níveis de produtividade e poupança, e os padrões de consumo que se universalizam correspondem a altos níveis de renda. Na assimilação dessa tecnologia avançada, esses padrões de consumo dispendiosos põem em marcha forças tendentes a frear o desenvolvimento periférico (FURTADO, 1997c, p.66)<sup>20</sup>.

Tratando da perda de dinamismo e da tendência à estagnação, Furtado aborda o princípio da dependência tecnológica: “a tecnologia, fator exógeno, impunha um montante de investimento por trabalhador em desacordo com a fraca capacidade de poupança das populações periféricas” (FURTADO, 1997c, p.68).

O alargamento da concentração de renda colocava-se como indispensável para mostrar oposição às tendências à estagnação. Esse fator, juntamente com o crescimento da dependência financeira, revelava ser esse modelo de industrialização, um procedimento que não permitia a unificação das diversas unidades antagônicas do sistema industrial e um método ineficaz para guiar a economia à definição de seu próprio padrão de acumulação e à independência financeira, que seguia sendo estimulada pela diversificação no consumo, não sendo possível a promoção de alguma igualdade social.<sup>21</sup>

Conforme assinalou Furtado, a decorrência disso, foi que “salários reais nas indústrias tenderam a permanecer estacionários no decorrer de todo o desenvolvimento subsequente” (FURTADO, 1961, p. 238).

Em um país como o Brasil, basta concentrar a renda (aumentar o consumo supérfluo em termos relativos) para elevar a taxa de crescimento do PIB. Isto porque, dado o baixo nível médio de renda, somente uma minoria tem acesso aos bens duráveis de consumo e são as indústrias de bens duráveis as que mais se beneficiam de economias de escala. Quanto mais se concentra a renda, mais privilégios se criam, maior é o consumo supérfluo, mais alta será a taxa de crescimento do PIB. Dessa forma, a contabilidade nacional pode transformar-se num labirinto de espelhos, no qual um hábil ilusionista pode obter os efeitos mais deslumbrantes (FURTADO, 1997c, p.214).<sup>22</sup>

---

<sup>20</sup> Tese apresentada por Furtado em seminário no ILPES sobre releitura crítica dos textos ‘clássicos’ da CEPAL – junho/1964.

<sup>21</sup> Furtado destaca as diferenças dos efeitos da concentração de renda nas economias avançadas e periféricas do sistema capitalista em artigo produzido para o semanário Opinião, que teve sua publicação censurada. FURTADO, 1997c, p.220.

<sup>22</sup> Trecho do artigo ‘Objetividade e ilusionismo em economia’, publicado originalmente no primeiro número do semanário Opinião, 1972. FURTADO, 1997c, p. 214.

Ao contrário desta “mistificação e manipulação de conceitos”, Furtado sustentava um processo de desenvolvimento baseado no crescimento da produtividade e na distribuição de renda. O aumento da demanda de bens de consumo dos trabalhadores levaria ao emprego de inovações tecnológicas na fabricação de bens de consumo e na agricultura. Conseqüentemente, os preços menores e os salários maiores aqueceriam a demanda por produtos industrializados. A modificação da estrutura agrária atuaria na mesma direção, promovendo o consumo de bens industriais também no setor rural (FURTADO, 1961).

Sua tese era que a concentração de renda não permitia a produção do efeito desejado do capitalismo, isto é, o processo no qual o aumento da produtividade ocasiona o aumento de salários, que acaba por elevar a demanda, acarretando novos incrementos de produtividade, reiniciando-se o processo que dá origem a um círculo virtuoso no sistema, que conduz ao desenvolvimento.

Pelo contrário, o avanço dos níveis de exploração, provocado pelo aumento da concentração de renda e pelo percentual mais alto de crescimento do produto, “longe de reduzir o subdesenvolvimento, tendem a agravá-lo, no sentido que tendem a aumentar as desigualdades sociais” (FURTADO, 1974, p.94).

Esses fatores impediriam que o processo de industrialização tivesse aptidão para efetuar mudanças sociais, o que levou à reprodução da estrutura sócio-econômica do subdesenvolvimento. Além disso, o excesso de mão-de-obra levaria à conservação da demasiadamente concentrada distribuição de renda.

Para Furtado, mimetizar nas economias periféricas o sistema industrial das economias avançadas, nas quais o processo de acumulação atingiu grau muito elevado, constitui inserir no sistema produtivo uma intensa oscilação.

Quando se tem em conta que a situação de dependência está sendo permanentemente reforçada, mediante a introdução de novos produtos (cuja produção requer técnicas cada vez mais sofisticadas e dotações crescentes de capital), é evidente que o avanço da industrialização dá-se de forma simultânea à concentração da renda. Daí que o crescimento econômico tenda a depender mais e mais da capacidade das classes que se apropriam do excedente para forçar a maioria da população a aceitar crescentes desigualdades sociais (FURTADO, 1997c, p.18).

Furtado acreditava que a concentração da renda das classes altas não solucionaria a questão da demanda na dinâmica do desenvolvimento. Afirmava que sem condições de gerar com facilidade as dimensões de demanda necessárias para garantir um percentual constante de crescimento, o sistema não possuiria competência organizacional para produzir o modelo de demanda exigido para proporcionar sua própria ampliação e a distribuição da renda desigual apontava para uma carência no consumo de longo prazo.

(...) não há dúvida alguma que o desenvolvimento exige e provoca essa redistribuição. Todavia, há fatores institucionais que podem impedir ou pelo menos entorpecer o desenvolvimento, atuando no sentido de manter a concentração de renda (FURTADO, 1958, p. 49 apud MENDES; TEIXEIRA, 2004, p.05).

O sistema capitalista apresenta-se como um movimento periódico, que se repete com freqüência, atuando na conservação do método de concentração da renda, imperativo à acumulação e à própria sustentação da produção industrial. O processo assenta-se, direcionado à concentração de renda e à acumulação do excedente, criando condições propícias para a ocorrência de novas técnicas e para a entrada de novos produtos.

Para Furtado, o desenvolvimento conduziria para uma direção oposta a essa, pois seria determinado e também teria como resultado a desconcentração da renda.

### **3.2 Relevância da mobilização trabalhista no repasse dos incrementos da produtividade para o salário real**

De acordo com Furtado (1997c, p.206), o Brasil apresentava uma “estranha combinação entre abundância de recursos naturais e persistência de baixos salários”, esta característica poderia ser explicada através da análise da

composição agrária<sup>23</sup>, a sua natureza dual comportando latifúndio e minifúndio, seria responsável pela baixa utilização de terras cultiváveis em amplas áreas, forçando a população rural a aglomerar-se em regiões restritas. Com a posse dessas terras por uma minoria de proprietários, a população rural é, então, obrigada a receber reduzidos salários.

Assim, a estrutura agrária, de um lado, e uma tecnologia industrial geradora de poucos empregos, de outro, operam no sentido de concentrar a renda e de excluir a massa da população dos benefícios do desenvolvimento. A intensificação do crescimento demográfico agravou a situação das massas nas zonas rurais como nos centros urbanos (FURTADO, 1997c, p.206).

Um fator considerado como fundamental para que o desenvolvimento levasse a uma desconcentração da renda é o papel desempenhado por trabalhadores organizados no intuito de reivindicar o acréscimo real dos salários. Na visão de Furtado, as mobilizações sociais permitem que os salários sigam os acréscimos de produtividade.

Nas economias cênicas, a acumulação realizada durante o longo período de implantação da forma capitalista de produção e de invenção da moderna tecnologia produziu uma escassez estrutural de mão-de-obra, graças à qual as massas trabalhadoras tiveram acesso a uma parte dos frutos do incremento da produtividade. Em realidade, os trabalhadores logo perceberam que sua participação nos frutos do desenvolvimento das forças produtivas depende diretamente de sua própria capacidade de auto organização (FURTADO, 1997c, p.242).

De acordo com Furtado (1997c), nos países centrais do sistema capitalista, a ocorrência da urbanização que se deu simultânea à industrialização resultou na formação de sociedades onde se verificou um antagonismo de classes e uma interdependência de interesses, originando a luta pelo aumento do salário real que representou em pouco tempo um entrave para os interesses capitalistas. No entanto, a força exercida pela classe dos trabalhadores gerou uma ação na esfera

---

<sup>23</sup> Considerava Furtado que sem examinar a fundo a estrutura agrária seria impossível compreender a propensão à concentração de renda presente no processo de industrialização, assim também como a inflexibilidade da oferta de alimentos que causava tensões inflacionárias. “Sem uma percepção da natureza da industrialização retardada (orientada para a substituição de importações), não será possível entender a ‘inadequação tecnológica’ que gera o desemprego da mão-de-obra” FURTADO, 1997c, p.17.

tecnológica que levou à ampliação da produtividade, possibilitando a solução do antagonismo anteriormente criado.

Para Furtado esse posicionamento dos trabalhadores gerava um ambiente de oposição entre as duas forças do sistema produtivo, os possuidores dos meios de produção e os empregados, estes últimos, mobilizados, puderam conseguir um aumento real dos salários, através da distribuição dos ganhos auferidos com o aumento da produtividade<sup>24</sup>.

Com relação aos países da periferia do sistema, como o Brasil, a dificuldade apresentada neste sentido é que não ocorreu um vínculo direto entre salário e produtividade.

(...) o processo de acumulação diretamente ligado ao sistema produtivo, ou seja, a acumulação que se traduz em elevação do coeficiente de capital por pessoa ativa, e não aquela diretamente ligada ao consumo, foi relativamente lento durante o longo período do chamado *desenvolvimento para fora*. De maneira geral, os aumentos de produtividade resultaram de vantagens comparativas ligadas ao sistema de divisão internacional do trabalho - uso extensivo de recursos naturais e mão-de-obra abundante -, e não da introdução de novas formas produtivas ligadas à acumulação de capitais. Ademais, quando se intensifica a acumulação - na fase subsequente de industrialização -, a forma que esta assume não favorece a absorção de mão-de-obra (FURTADO, 1997c, p.243).

Bielschowsky (1996), afirma que a ampliação da produtividade não se traduzia, num aumento dos salários reais, uma vez que existia uma superabundância de trabalhadores no setor de subsistência.

Esta mão-de-obra em excesso acabava por se constituir em um entrave ao aumento dos salários reais, pois se transformava num exército de reserva que não possibilitava a pressão necessária sobre os capitalistas para se auferir os ganhos de produtividade, pelo contrário acabavam por promover a imobilidade dos trabalhadores.

---

<sup>24</sup> “Nos países industrializados, o padrão de distribuição da renda traduz o equilíbrio das forças sociais organizadas e inseridas no sistema produtivo. (...) a elevação histórica dos salários reais retrata a progressiva escassez relativa da mão-de-obra” FURTADO, 1997c, p.160.

Furtado (1997c), afirma que a urbanização das economias de industrialização tardia configurou-se como um acontecimento distinto, com profundas mudanças na organização ocupacional, aumentando as ocupações vinculadas ao comércio exterior, mantendo-se estruturas pré-capitalistas no setor rural, inserindo-se tecnologias avançadas em alguns ramos da agricultura. Na população assalariada, onde havia abundância de mão-de-obra, a pressão exercida pela grande oferta de trabalhadores assegurava a perpetuação do modelo concentrador de renda.

A pressão que essa massa urbana heterogênea exerce para aumentar sua participação na renda é fenômeno distinto do comportamento das massas trabalhadoras inseridas no setor moderno do sistema produtivo. Com efeito, as massas dos países subdesenvolvidos aspiram ter acesso a empregos que o sistema produtivo moderno não está capacitado a criar (FURTADO, 1997c, p.158).

A ilimitada inovação tecnológica e o excesso na disponibilidade dos trabalhadores são apontados pelo autor como os maiores obstáculos apresentados nas economias atrasadas, para que ocorram ações de reivindicação por aumento de salários e pressões a fim de conseguir mudanças concernentes a políticas de redistribuição de renda<sup>25</sup>.

Explica-se, assim, que nos países capitalistas industrializados os problemas sociais criados por conflitos em torno da distribuição da renda tenham sua solução facilitada pelo próprio avanço da técnica, vale dizer, pela difusão de critérios de racionalidade instrumental. A tecnologia desata os nós engendrados pelos antagonismos de classe. De forma diversa, nas estruturas subdesenvolvidas a maneira como penetra a técnica moderna cria problemas de amplas projeções no plano social (FURTADO, 1997c, p.158).

De acordo com Bielschowsky (1996), Furtado considerava que a causas de o salário real não aumentar seria a condição propícia ao empresariado de apoderar-se inteiramente das vantagens do aumento de preços dos produtos de exportação, o que resultava numa acumulação mais acelerada do capital e numa

---

<sup>25</sup> Furtado afirma que nos países subdesenvolvidos a introdução dos avanços tecnológicos não consegue auxiliar na resolução de conflitos sociais, uma vez que as massas que se instalam nas grandes cidades não se encontram organizadas e não estão aptas para lutar pelos benefícios do progresso. FURTADO, 1997c, p.159.

assimilação maior de trabalhadores do setor de subsistência. Outra causa considerada por Furtado como causadora da não-elevação dos salários reais, diz respeito à análise prebischiana dos resultados do excesso de mão-de-obra nas transações de intercâmbio da economia.

(...) se os salários absorvessem parte da elevação da rentabilidade auferida na alta cíclica, haveria maior capacidade de defesa contra a queda de preços, e a deterioração dos termos de intercâmbio na fase de baixa. Como os salários podem oferecer maior resistência à compressão do que os lucros, na fase depressiva, haveria meios de evitar a deterioração secular das relações de troca (BIELSCHOWSKY, 1996, p.176).

Furtado destaca a inclinação do sistema industrial brasileiro em afastar das vantagens da acumulação e da situação favorável originária do progresso tecnológico a maioria da população. Afirma que o processo de desenvolvimento da economia brasileira tem caráter concentrador e é causador de disparidades sociais amplas<sup>26</sup>.

Com efeito, a existência de um grande reservatório de mão-de-obra à disposição dos capitalistas constitui uma força inibitória de todo o processo de luta de classes. Desta forma o setor capitalista das economias subdesenvolvidas apresenta-se, via de regra, com pouco dinamismo, acostumando-se a classe dirigente a elevadas taxas de lucro que jamais são efetivamente postas em xeque pela luta de classes. A este fato se deve que, em muitas economias subdesenvolvidas, o setor capitalista se mantenha praticamente estacionário, alcançando aquela mesma paz social que caracteriza a velha agricultura feudal, sinônimo de estagnação e por alguém já qualificada de 'paz dos túmulos' (FURTADO, 1964, p.82).

De acordo com Sampaio Junior (1999), o excesso de mão-de-obra impossibilita a ocorrência gradual de transmissão dos ganhos de produtividade para os salários, causando restrições à ampliação da capacidade de consumo da sociedade.

---

<sup>26</sup> "Nas economias subdesenvolvidas, o mercado de fatores de produção opera no sentido da crescente concentração da renda inexistindo na sociedade civil forças capacitadas para contrapor-se a essa tendência" FURTADO, 1997c, p.160.

Na ausência de mecanismos de transferência dos aumentos da produtividade do trabalho para salário, há uma inversão na relação de causalidade entre expansão da capacidade produtiva e formação dos mercados. (...) A desarticulação das relações de causa e efeito entre investimento e consumo significa que as economias subdesenvolvidas não possuem as premissas para que as descontinuidades do modo de organização da vida econômica possam ser deduzidas da concorrência entre capital e trabalho pela apropriação do excedente. A existência de uma ampla disponibilidade de mão-de-obra marginalizada do mercado de trabalho desobriga o empresário a buscar a eficiência econômica (SAMPAIO JUNIOR, 1999, p.179-180).

A consequência deste processo é que reproduz um modelo reforçador do subdesenvolvimento, onde se perpetua a mão-de-obra farta e de baixo custo, o exército industrial de reserva, a distribuição de renda desigual, um pequeno mercado interno, insuficiência de estímulo ao investimento em tecnologia e a baixa produtividade.

Assim, ocorre nas economias subdesenvolvidas um sistema de organização econômico em que o desenvolvimento é obstruído. Os detentores do capital permanecem em uma situação confortável, já que a abundância de trabalhadores e os baixos níveis salariais não os forçam a introduzir novas técnicas de capital nem a ampliar a rentabilidade do trabalho.

## **CAPÍTULO IV**

### **FORMULAÇÃO DA PROBLEMÁTICA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

Celso Furtado exerceu papel decisivo no emprego e difusão do pensamento estruturalista<sup>27</sup> no Brasil, através da sua atividade intelectual proporcionou uma compreensão elementar da questão do subdesenvolvimento brasileiro, contribuindo para a formação de argumentos teóricos sólidos que funcionaram como recurso de ataque e defesa da ideologia desenvolvimentista nacionalista brasileira.

Sua produção apresenta as três características que particularizam a matéria política do conjunto de reflexões da corrente de desenvolvimentismo de cunho nacionalista. Sustenta que o impulso ao desenvolvimento deve ser realizado sob comando do Estado<sup>28</sup>, por meio da aplicação de capital em ramos de atividade estratégicos e também do planejamento econômico. Trata o auxílio financeiro estrangeiro como algo necessário, mas restrito a esferas não estratégicas da economia, e subordinado à coordenação estatal, de modo a proporcionar a emancipação e dissolver a dependência em relação às nações desenvolvidas. Apresenta, ao mesmo tempo, raciocínio em prol da causa estruturalista, discorrendo a favor da sujeição da política monetária e cambial à política orientada para o desenvolvimento. Contempla, ainda, o comprometimento com as reformas no campo social, visando a modificar as condições de vida, por mudanças de política social e de administração. (BIELSCHOWSKY, 1996).

Como um dos maiores responsáveis pela formulação da doutrina estruturalista, Furtado juntamente com Raúl Prebisch colaborou para redigir e propagar essa teoria, prestando ajuda determinante para seu desenvolvimento,

---

<sup>27</sup> De acordo com Furtado, o estruturalismo que emerge nos anos 50, comprometeu-se em apontar a relevância dos elementos não econômicos nos modelos macroeconômicos. Os intelectuais estruturalistas foram assim chamados por enfatizar a análise de padrões não econômicos. FURTADO, 1997c, p.16-17.

<sup>28</sup> Para Furtado, a intervenção do Estado era elemento crítico na definição da situação interna da renda e dos termos do intercâmbio externo. "Se bem que considerada pelos economistas da época como uma 'anomalia', a intervenção estatal introduzia racionalidade no sistema econômico" Ibid, p.13.

dando solidez às proposições da CEPAL e propondo novas bases, para dar resistência à argumentação estruturalista no debate contra as políticas econômicas liberais, além de prover reações de caráter desenvolvimentista para a questão do atraso econômico<sup>29</sup>.

Segundo o próprio Furtado, a teoria Keynesiana exercia sobre ele grande poder, “a influência da obra de Keynes foi decisiva para mim”<sup>30</sup>. No entanto, não utilizava a macroeconomia keynesiana da mesma maneira que se processava nas economias avançadas, devido à sua percepção das peculiaridades que envolviam as economias dependentes. O keynesianismo encontrado no pensamento de Furtado se verificava mais como procedente de uma abordagem macroeconômica, considerava o mercado interno como sendo um componente fundamental para produzir caráter dinâmico à produção e à renda, ou seja, afirmava que a energia particular que agia como impulsionadora do crescimento econômico nos países desenvolvidos era realizada pela pressão da demanda.

Furtado também extrai da teoria Keynesiana o julgamento que sustenta que as deliberações primordiais do sistema capitalista centram-se no Estado, e assinala “a idéia de que a economia capitalista não poderia operar sem um certo grau de centralização de decisões, ou seja, sem uma estrutura superior de poder (todo capitalismo é em certo grau de estado), derivei-a da leitura de Keynes” (FURTADO, 1997b, p.21).

Percebe-se, assim, que a teoria keynesiana, oferece apoio determinante para destacar o componente principal da estratégia de desenvolvimento furtadiana, isto é, a função do Estado na regulação econômica.

---

<sup>29</sup> “As idéias de Celso Furtado sobre desenvolvimento estão estreitamente ligadas ao pensamento da CEPAL (...). O pensamento amadurecido de Celso Furtado, entretanto, se encaminhou na direção de superar os limites da ciência econômica, carregando-se, por um lado, de uma ampla visão histórico-sociológica e, por outro, de uma aguda consciência dos condicionamentos culturais e políticos” (JAGUARIBE, 1995. In GAUDÊNCIO e FORMIGA, 1995, p.114).

<sup>30</sup> FURTADO, 1997b, p.21.

Desta interpretação justifica-se sua defesa do tema do planejamento<sup>31</sup>, entretanto, afasta-se do planejamento que segue a linha Keynesiana, que tem como finalidade a reorientação do sistema econômico à condição de pleno emprego e à permanência deste, defendendo um planejamento de caráter estruturalista, com o objetivo de “coordenar os esforços de industrialização, de forma a reunir condições para superar os obstáculos estruturais que dificultam o desenvolvimento” (BIELSCHOWSKY, 1996, p.136).

O objetivo principal que motivava Furtado era a compreensão das razões do atraso de seu país, este propósito o levou a contribuir de forma decisiva na elaboração de uma teoria<sup>32</sup> apropriada para o entendimento do subdesenvolvimento, este questionamento constante o persuadia a ordenar um sistema doutrinário conveniente ao exame do subdesenvolvimento, pois, segundo o autor, esta indagação “instalou-se dentro de mim como uma obsessão e por muitos anos pesaria em minhas reflexões” (FURTADO, 1997a, p.149).

Furtado acreditava ser necessário conhecer as diferentes realidades nacionais, para ele era fundamental o entendimento dos fatos históricos e a compreensão das dificuldades do desenvolvimento e do subdesenvolvimento como resultantes de um processo histórico.

---

<sup>31</sup> Na visão de Furtado não há organização sem ‘coordenação e controle’, para que estes dois ocorram torna-se necessária a existência de ‘centros diretores’ com condições de estabelecer metas, e todo ‘centro de decisão’ tem propensão a planejar suas atividades. Deste modo, ao analisar a economia como organização torna-se espontânea a noção de planejamento como estratégia designada para intensificar a eficácia dos centros de decisão. FURTADO, 1997b, p.24-25.

<sup>32</sup> A teoria adequada para a compreensão do subdesenvolvimento foi denominada teoria da dependência, resultante de um empenho no sentido de aumentar o panorama conceitual com a finalidade de atingir os determinantes internos e externos do sistema de decisões. Tem base em uma percepção integral do capitalismo, focalizado como um modelo econômico que se difunde horizontal e verticalmente gerando constituições sociais de natureza diferente, possibilitando compreender as diversidades da acumulação e os reflexos dessa nas economias de industrialização retardada. FURTADO, 1997c, p.17.

#### 4.1 A industrialização periférica e os aspectos estruturalistas

De acordo com Bielschowsky (1996), a hipótese estruturalista principal afirma uma heterogeneidade na estrutura econômica dos países periféricos resultante do relacionamento com as economias avançadas.

Segundo Vieira<sup>33</sup> Raúl Prebisch definiu as relações entre economias atrasadas e avançadas no interior de uma divisão internacional do trabalho, isto é, num cenário hierárquico definido pelos países desenvolvidos, que se encontram no centro do sistema e submetem a periferia à produção de alimentos e matérias-primas, depreciando constantemente os preços destes produtos uma vez que a demanda não cresce em nível igual ao da produção, para comprar produtos industrializados, cujos preços são sustentados pelo progresso técnico e avanço da produtividade. A implicação era a degradação dos termos de troca, em favor dos países centrais. As relações, vantajosas às economias industrializadas, alavancavam o seu desenvolvimento técnico, o efeito podia ser observado no crescimento da produtividade, mas, também, na expansão cada vez maior da distância entre o centro e a periferia<sup>34</sup>.

Nesta conjuntura, observa-se que o processo de desenvolvimento das nações periféricas encontra-se conectado a um processo de homogeneização da produtividade, que seria garantido pela industrialização, que romperia com o círculo vicioso e fortaleceria os mercados internos periféricos.

Coube a Furtado amadurecer essa teoria, dar-lhe consistência e encontrar sua feição mais acabada. Tratava-se de uma teoria pragmática, diretamente voltada para a ação e umbilicalmente vinculada ao momento histórico por que passava o Brasil e os principais países da América Latina no pós-guerra. Se o objetivo era implementar o desenvolvimento por meio da industrialização, cabia, no plano teórico, explicar as raízes da industrialização brasileira e descobrir os meios de impulsioná-la (MANTEGA, 1989, p.32).

---

<sup>33</sup> Vieira, Flávio Lúcio R. Celso Furtado, Pensador do Brasil. Conceitos, julho de 2004, p.18.

<sup>34</sup> Furtado afirma ser um evento histórico que o capitalismo tenha se erguido seguindo as dualidades centro-periferia, desenvolvimento-subdesenvolvimento, dominação-dependência, sendo este um resultado incontestável do modelo de produção capitalista, que proporcionou a aceleração da acumulação no centro, “aprofundando-se o hiato que o distancia da periferia”, e gerou organizações sociais amplamente heterogêneas. FURTADO, 1997c, p.27.

No empenho de aprimoramento desta hipótese Furtado dedica sua construção teórica, e chega à conclusão que o subdesenvolvimento não se estabelece como uma fase do processo de formação das economias capitalistas, não se define como uma situação transitória para o desenvolvimento, mas sim como uma situação particular das nações periféricas do capitalismo<sup>35</sup>.

Desde cedo percebi que o subdesenvolvimento é um processo histórico autônomo, que nada tem a ver com o atraso e a estagnação. É uma forma de crescimento com certas características particulares que me parecem uma verdadeira armadilha histórica (FURTADO, 1995. In GAUDÊNCIO e FORMIGA, 1995, p.76).

Furtado considerava o subdesenvolvimento como uma “deformação estrutural”, e, assim sendo, não seria possível mover-se dele através do simples estímulo das forças de mercado.

Segundo Sampaio Junior (1999, p.171), “na visão de Furtado (...) o subdesenvolvimento não deve ser visto como uma fase que tende a ser superada pelo simples crescimento econômico”, na concepção de Furtado o que define o desenvolvimento é o projeto social que se estabelece, o crescimento só se transforma em desenvolvimento, quando o projeto social tem como objetivo principal a melhoria da qualidade de vida da maior parte da população, esta transformação se configura devido à efetivação do projeto, e da manifestação da atuação política, “não há no autor o mais remoto vestígio da concepção etapista de desenvolvimento” (SAMPAIO JUNIOR, 1999, p.171).

Para Furtado o subdesenvolvimento é caracterizado como um produto do desenvolvimento de tipo clássico, que possui variáveis muito diversas do modelo de capitalismo europeu que o originou<sup>36</sup>. A consequência do desenvolvimento do capitalismo europeu na economia das regiões periféricas foi que originou-se uma

---

<sup>35</sup> “O ponto básico que recobre a análise do autor, é a idéia de que o subdesenvolvimento não corresponde a uma etapa histórica comum a todos os países, mas a uma condição específica da periferia do sistema capitalista, a um resultado histórico da evolução da economia mundial desde a Revolução Industrial” BIELSCHOWSKY, 1996, p.138.

<sup>36</sup> “A explicação do autor parte da conceituação do processo histórico de desenvolvimento de tipo clássico. O subdesenvolvimento seria um subproduto desse desenvolvimento, ou seja, uma estrutura produtiva historicamente determinada pelo desenvolvimento do capitalismo europeu. Teria, ademais, características inteiramente distintas dos sistemas econômicos que lhe deram origem”. Ibid, p.138.

estrutura econômica bastante diferente nestes países em relação às economias capitalistas centrais.

A relação entre as economias capitalistas avançadas e as economias periféricas, de sistema pré-capitalista, não se processou de maneira invariável, o resultado da ampliação capitalista nos sistemas econômicos atrasados foi distinto de uma área para outra, tendo como consequência uma composição econômica heterogênea, de forma que algumas partes tendiam a assimilar o procedimento capitalista e outras tendiam a perpetuar a organização pré-capitalista tradicional. Esta dualidade propagada nas estruturas econômicas periféricas é o que caracteriza a ocorrência do subdesenvolvimento. Deste modo, o desenvolvimento é percebido como a homogeneização dos sistemas heterogêneos por meio da industrialização.

Entretanto, conforme Bielschowsky (1996), na compreensão de Furtado, o processo de industrialização da periferia inclina-se a repetir o modelo de tecnologia da indústria desenvolvida. A difusão das técnicas intensivas em capital na indústria das economias capitalistas periféricas é a mesma realizada nas economias centrais, e a partir daí fundamenta-se a declaração sobre o impedimento de se modificar a organização da ocupação nas nações subdesenvolvidas, até na situação de alto grau de industrialização, mantendo-se um sistema ocupacional pré-capitalista, que tende a preservar o subdesenvolvimento<sup>37</sup>.

Este conjunto de fatores quando analisado por Furtado o conduz a afirmar que “a teoria do subdesenvolvimento cuida do caso especial de processos sociais em que aumentos de produtividade e assimilação de novas técnicas não conduzem à elevação do nível de vida médio da população” (FURTADO, 1974, p.87).

Esta percepção teórica do decurso histórico de instituição e de propagação do progresso técnico assumiria, na visão de Furtado, a forma dual de desenvolvimento e subdesenvolvimento. É através da análise e do exame

---

<sup>37</sup> “A população, que a modificação das formas de produção priva de suas ocupações tradicionais, busca abrigo em sistemas subculturais urbanos que só esporadicamente se articulam com os mercados, mas sobre eles exercem uma forte influência como reservatórios de mão-de-obra. Realizando em grande parte sua reprodução no quadro de um sistema informal de produção, as populações ditas marginais são a expressão de uma estratificação social que tem suas raízes na modernização” FURTADO, 1997c, p.33.

comparado da sucessão de mudanças ocorridas nas diversas economias capitalistas, que será possível a Furtado o entendimento das características estruturais do desenvolvimento e do subdesenvolvimento.

De acordo com Bielschowsky (1996), a difusão do subdesenvolvimento sempre foi tema causador de apreensão em Furtado. O autor corroborava com a tese estruturalista de que a industrialização periférica se caracterizava como um procedimento problemático, isto porque o processo de industrialização nas economias periféricas se iniciava vinculado a um avançado modelo de demanda<sup>38</sup>, além de estabelecer-se sobre uma organização de produção com baixo nível de diversificação, o que gerava a necessidade de uma modificação profunda na composição produtiva, promovida pela aquisição de equipamentos e matérias-primas importados. Este modelo de industrialização de tipo substitutivo encontrava entraves devido à escassez de poupança e à incapacidade de importar, circunstância derivada do demorado avanço da procura internacional pelos produtos de exportação das economias atrasadas, e pela degradação das condições de troca, que ameaçava ainda a situação da poupança interna.

Em síntese, o que caracteriza uma economia dependente, é que nela o progresso tecnológico é criado pelo desenvolvimento, ou melhor, por modificações estruturais, que surgem inicialmente do lado da demanda, enquanto nas economias desenvolvidas o progresso tecnológico é, ele mesmo, a fonte do desenvolvimento. De uma perspectiva mais ampla, cabe reconhecer que o desenvolvimento de uma economia dependente é reflexo do progresso tecnológico nos pólos dinâmicos da economia mundial (FURTADO, 1968, p.03 apud SAMPAIO JUNIOR, 1999, p.179).

A dinâmica produtiva nas economias periféricas perpetuaria o subdesenvolvimento mesmo no contexto de alto grau de industrialização, uma vez que ocorre a assimilação de técnicas intensivas em capital em um sistema industrial desigual, em que algumas organizações adequam-se às novas tecnologias, enquanto outras prosseguem com estruturas arcaicas.

---

<sup>38</sup> Furtado assinala que a constituição da periferia foi definida pela 'dinamização da demanda' numa conjuntura marcada pela passividade social gerada pelo progresso moroso das atividades produtivas. O subdesenvolvimento seria, assim, a expressão da desigualdade entre uma demanda dinâmica e uma acumulação produtiva demorada. Ibid, p.32.

É o processo problemático de industrialização, cuja conseqüência era a manutenção e propagação do subdesenvolvimento, que impulsiona Furtado a buscar uma solução para superação do atraso. É nesta conjuntura que o autor introduz suas teses de ordem desenvolvimentista e assegura que “caberia aos países periféricos liderar seu processo de industrialização” (FURTADO, 1997a, p.200).

Neste sentido o planejamento<sup>39</sup> aparece como fator essencial para o progresso da industrialização nos países periféricos e a programação como extremamente necessária para intensificar o ritmo do desenvolvimento e para diminuir o custo social deste.

## **4.2 A proposta de política desenvolvimentista**

Conforme Bielschowsky (1996), Furtado percebia que a dinâmica industrial nos países subdesenvolvidos, substitutiva de importações, ocasionava tensões na demanda em vários ramos de atividade, pois possuíam composição de natureza diferente da dos outros componentes do complexo produtivo, além de baixo nível de diferenciação. A disparidade existente nestas economias entre oferta e procura, as conduzia a uma situação de instabilidade monetária e a necessidade de importar inerente ao processo produtivo gerava sucessivamente uma ausência de equilíbrio no balanço de pagamentos.

A proposta de Furtado para solucionar a situação da instabilidade monetária, passa então, pela estratégia de eliminação da rigidez da oferta, através da realização de uma política desenvolvimentista, onde a atenção com as questões de estabilidade ficaria sujeita ao desenvolvimento econômico, que seria alcançado através de um competente plano de programação econômica.

---

<sup>39</sup> Furtado acreditava que para transpor o subdesenvolvimento seria necessário um esforço de reedificação estrutural que é fundamentado numa conformidade com a razão maior que a dos mercados, e a esta conformidade só seria possível chegar através do planejamento. Ibid, p.36.

Uma das peculiaridades da industrialização tardia era a possibilidade de divergência entre a racionalidade ao nível da empresa e a racionalidade mais abrangente, que traduz o interesse social, o que obriga a combinar a ação dos mercados com o planejamento. Portanto, a responsabilidade do Estado no encaminhamento do processo de industrialização era uma decorrência natural das novas circunstâncias em que se difundia o progresso técnico (FURTADO, 1997a, p.200).

Furtado compreendia a intervenção do Estado como operação fundamental para a coordenação da industrialização. Para o autor a submissão do processo de industrialização aos princípios da razão é promovida pelo planejamento, no sentido de torná-lo mais eficiente, por meio do reforço de suas características produtivas como elemento de aperfeiçoamento do sistema econômico<sup>40</sup>.

O êxito da industrialização brasileira, na visão de Furtado, residia na influência que os atores nacionais exercessem nas deliberações sobre a economia do país, por isso, compreendia que era essencial a atuação estatal para captar e aplicar capitais, utilizando um complexo de regras e normas de planejamento de amplo alcance e por meio de sólidos investimentos da parte do Estado, que deveria regular ainda os recursos externos realizando uma “política disciplinadora da entrada desses capitais” (BIELSCHOWSKY, 1996, p.151).

Furtado afirmava que era necessário “desenvolver as técnicas de planejamento adaptadas às peculiaridades das economias periféricas e preparar as equipes que em cada país se encarregariam de levá-las à prática” (FURTADO, 1997a, p.201)<sup>41</sup>.

O estado deveria desempenhar, na compreensão de Furtado, a função de disseminar o progresso técnico, era entendido como tendo um papel determinante na dimensão dos investimentos nos aparelhos produtivos. Era também atribuição do Estado promover as transformações estruturais necessárias e decidir os campos de atividade dos empresários privados.

---

<sup>40</sup> “Para Furtado, cabe ao planejamento racionalizar o processo de industrialização potencializando suas propriedades construtivas como instrumento de construção de um sistema econômico nacional” SAMPAIO JUNIOR, 1999, p.187.

<sup>41</sup> Para Furtado existiam problemas estruturais na economia brasileira que necessitavam ser solucionados por meio de um método integrado de planejamento.

De acordo com Bielschowsky (1996), a certeza de que no Estado residia a competência para promover o “desenvolvimento auto-sustentado”, sempre esteve presente no trabalho teórico de Furtado. Acreditava no planejamento como método eficaz de segurança do sucesso no processo de industrialização e para superar o subdesenvolvimento econômico.

(...) transformou a proposta de planejamento num corolário das análises de desequilíbrios estruturais da economia brasileira. Toda sua obra (...) corresponde a uma vasta e coerente argumentação convergente ao princípio de que a superação do subdesenvolvimento requer uma decidida intervenção planificadora por parte do Estado (BIELSCHOWSKY, 1996, p.152).

O planejamento que até então já se havia praticado era geralmente de caráter setorial<sup>42</sup> e baseado em procedimentos meramente derivados da experiência ou observação. Este planejamento seria integral, partindo de uma taxa global de progresso em termos macroeconômicos, taxa esta que seria,

pré-definida de acordo com o levantamento das possibilidades de expansão do sistema como um todo e calculada com base em estimativas da relação capital-produto, da taxa de poupança e dos termos de troca. As projeções setoriais são então feitas de acordo com as taxas de crescimento previstas e levando em consideração a dinâmica da procura final e das relações intersetoriais (BIELSCHOWSKY, 1996, p.153).

Aspecto importante a se destacar neste tipo de planejamento é que enfatiza a necessidade do Estado exercer uma ação principal na dinâmica de investimento de toda a economia, e sobre este ponto Furtado garantia que “em todas as sociedades o governo intervém na economia: trata-se de dar mais eficiência a essa intervenção e torná-la transparente” (FURTADO, 1997a, p.244).

---

<sup>42</sup> O planejamento do tipo setorial ou seccional diz respeito a identificação de certas áreas que formam ‘pontos de estrangulamento’ na economia e na determinação de metas setoriais, cabendo ao Estado atuar por meio de estratégias de política econômica que promovam a superação dessa situação.

Para Furtado a saída do subdesenvolvimento, seria possível, sobretudo, pela intervenção do Estado e por meio de políticas econômicas voltadas à superação do subdesenvolvimento<sup>43</sup>.

Segundo Souza (2005), na visão de Furtado o crescimento seria norteador pelo planejamento estatal, desfazendo as estruturas atrasadas, que travavam o desenvolvimento. A industrialização demandaria investimentos contínuos em infraestrutura, ao Estado competiria a promoção destes investimentos, pois grandes investimentos deixariam de ser realizados, devido aos vultosos recursos exigidos, e muitas vezes, a efetivação dos investimentos seria impedida pela escassez de poupança interna e pela baixa capacidade de importar.

Furtado, defendia um projeto de crescimento voltado para o dinamismo na esfera do mercado interno, e acreditava que o planejamento global e setorial ampliaria o rendimento do processo industrial, ao extinguir as armadilhas derivadas das disparidades e da rigidez do sistema. Para isso, evidencia, a indispensável direção do Estado na estratégia para vencer o subdesenvolvimento<sup>44</sup>.

Furtado considerava fundamental a participação do Estado na economia: (a) atuando diretamente no setor produtivo, por meio de empresas estatais; (b) planejando a distribuição regional e setorial dos investimentos; (c) subordinando a política monetária ao desenvolvimento; (d) promovendo uma distribuição de renda mais equitativa no sentido de dinamizar o setor de mercado interno; e, (e) controlando o afluxo de capital estrangeiro, para que a dependência financeira excessiva não retire do país sua autonomia na gestão de problemas econômicos fundamentais (SOUZA, 2005, p.08).

A teoria furtadiana ampara-se na interferência do Estado, para realizar o objetivo de ordenar a economia e promover condições favoráveis ao desenvolvimento<sup>45</sup>.

---

<sup>43</sup> No entendimento de Furtado, para se transpor o subdesenvolvimento, seria necessário um empenho no sentido de reparar as características da demanda limitando certos padrões de consumo e aumentando a taxa de poupança. E para se alcançar esses propósitos tornava-se indispensável uma política fiscal rígida e o comando de uma 'ação de conjunto' sobre a economia, por meio do planejamento econômico oportuno. FURTADO, 1997c, p.184.

<sup>44</sup> Ao concluir que o subdesenvolvimento seria uma 'deformação estrutural' que necessitava de correção, Furtado concluía também que esta correção requeria um processo político que apenas poderia ser praticado através do Estado. Ibid, p.184.

<sup>45</sup> No entanto, Furtado não é inocente com respeito às restrições do Estado, afirmava que a atuação do Estado não se realiza de forma incoerente com a modernização, nem se coloca como uma

O planejamento econômico recebeu ênfase principal para proporcionar a coordenação das transformações estruturais e das reformas necessárias.

Bielschowsky (1996), ao concluir sua análise a respeito das componentes estruturalistas da obra de Furtado, destaca que o autor movimentou-se de maneira impressionante pelo panorama cepalino para demonstrar suas proposições desenvolvimentistas. Neste sentido, o planejamento emergia como imperativo para o êxito da industrialização nas economias dependentes, devido às dificuldades surgidas nestas pela disparidade em sua estrutura e pela inflexibilidade e baixa diversidade do sistema de produção.

A política econômica deveria, então, estar direcionada a evitar os desequilíbrios e a finalidade principal da programação seria promover as circunstâncias necessárias para que a velocidade de desenvolvimento da economia pudesse se conservar elevada e constante.

Os entraves ao desenvolvimento seriam suplantados pela atuação coordenada do Estado na regulação da estrutura do sistema econômico. A autodeterminação político-administrativa do Estado na esfera das políticas econômicas possibilitaria manejar o processo de afastamento da posição de dependência.

---

alternativa a esta. Acreditava o autor na intervenção do Estado para alargar os caminhos de um processo de industrialização que se inclina a perder o ânimo quando sustentado somente pela modernização. SAMPAIO JUNIOR, 1999, p.187.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Furtado determinou em sua teoria do desenvolvimento econômico uma dissimilitude entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, afirmava que o crescimento dos primeiros é, sobretudo, uma questão relacionada com a acumulação e emprego de novos conhecimentos, enquanto que o dos outros se configura especialmente como uma operação de incorporação de técnicas predominantes, de modo que entre economias desenvolvidas e subdesenvolvidas verificam-se desigualdades que seriam resultado da maneira pela qual o progresso técnico foi introduzido.

Acreditava haver uma gama de possibilidades de êxito para o progresso na economia brasileira e que o país possuía capacidade para gerar o crescimento, porém, julgava que o processo de desenvolvimento da maneira como se apresentou nos países de industrialização atrasada como o Brasil foi equivocado, uma vez que não se distinguiu do conjunto de reações ocorrido no esquema de produção que se estabeleceu na sociedade industrial.

Esta sociedade industrial impôs a necessidade de inserção de inovações tecnológicas no setor produtivo com o objetivo de gerar ganhos de produtividade e dar início ao processo de acumulação de capital.

No processo de desenvolvimento dos países centrais do sistema capitalista as inovações técnicas eram inseridas de acordo com a viabilidade econômica promovendo incrementos na produtividade do trabalho, todavia, nos países periféricos estes equipamentos eram introduzidos sem que se constituísse precisamente uma melhora na produtividade.

Deste modo, os entraves ao desenvolvimento poderiam ser verificados nos baixos índices de produtividade, pois na situação de baixa produtividade tornar-se-ia complicado o processo de acumulação de capital e o aumento de renda que impulsionaria o consumo e o investimento.

Nos países periféricos o estímulo para superar as dificuldades de acumulação foi possibilitado pelas relações de troca com o exterior que criaram condições para que o desenvolvimento fosse iniciado sem uma acumulação precedente.

O desenvolvimento deveria contemplar transformações no método de ajustamento dos fatores produtivos, na tentativa de atingir a mais eficiente disposição no agrupamento dos fatores, considerando a técnica dominante, com a finalidade de ampliar a produtividade do fator trabalho. Conforme o aumento da produtividade, cresceria também a renda real, esta ampliação da renda deveria levar ao crescimento dos salários o que promoveria uma mudança na composição da demanda e conduziria a alterações na organização produtiva.

As modificações na organização produtiva ocorreriam, pois se dispendo de uma renda maior para o consumo tenderiam a aumentar a demanda por produtos novos. Este fator pôde ser observado nas sociedades desenvolvidas, entretanto, nas sociedades subdesenvolvidas as disparidades na redistribuição de renda fizeram com que apenas as classes mais privilegiadas pudessem ampliar sua demanda.

Com a concentração dos incrementos da renda nas mãos das minorias das altas classes, o desenvolvimento fomentado pelo impulso externo não seria capaz de promover o progresso para a sociedade através dos benefícios do crescimento da renda real, sendo o incentivo externo pouco significativo para a maioria da sociedade, uma vez que o salário real permanecia estacionário e as vantagens resultantes do intercâmbio com o exterior possibilitavam somente a poucas classes sociais ter acesso a padrões elevados de consumo.

Pelo exposto, na concepção de Furtado, o desenvolvimento se caracterizou como uma série de ações que resultaram em modificações na estrutura social, assinaladas pelo aumento do volume de produção, porém, pelo domínio do produto resultante deste, pela penetração de produtos novos e por tornar variado o consumo, mas também pela eliminação de princípios e pela organização da sociedade em camadas sociais que se diferenciam umas das outras por critérios econômicos e políticos, o que conduziu à formação de classes e gerou dualidades e antagonismos no interior das organizações econômicas.

O desenvolvimento realizado por meio da disseminação de modelos de consumo que repetiam os padrões de vida dos povos ricos não seria possível a todas as civilizações, a modernização instituída pelo capitalismo industrial seria continuamente um direito das minorias, pois o sistema econômico não possuía fôlego para desencadear a força criativa de que necessitava por si mesmo.

Desta forma, o processo de industrialização não seria capaz de proporcionar o progresso, haveria assim a necessidade de reconstrução das estruturas sociais para que fosse possível promover a evolução do sistema livre da dependência tecnológica e cultural. Pois, o estabelecimento do padrão de crescimento que se fundamentava na reprodução de estilos de comportamento de economias que haviam alcançado um alto nível de acumulação provocava disparidades sociais sérias no interior de sistemas em posição desfavorável como o brasileiro.

O que Furtado apontava como importante para se alcançar o desenvolvimento econômico era investigar as carências da população do país, além de buscar as boas condições que são produzidas pela evolução científica e tecnológica, ao invés de persuadir as sociedades das regiões dependentes a realizar esforços exagerados para atingir objetivos econômicos, mesmo às custas do bem-estar da maior parte do povo, no intuito de tentar se tornar semelhantes às economias centrais.

O simples aumento na acumulação de capital não seria a solução para a superação do atraso, e o crescimento econômico não podia ser confundido com desenvolvimento. Seria necessária uma mudança de perspectiva, uma vez que os países dependentes vinham seguindo uma direção que não correspondia à sua realidade e não levaria ao tipo de desenvolvimento que almejavam, àquele dos países centrais que causava uma atração irresistível, se traduzia em grande influência cultural, e conduzia as sociedades periféricas à condição de simples mercados dos países avançados, perpetuando a situação de subdesenvolvimento.

O empenho primordial estaria em distinguir as autênticas questões e necessidades sociais, e buscar promover a resolução destas, além de por em prática o empenho pelo crescimento por meio do fortalecimento do mercado interno, apenas

desta forma seria possível pensar em desenvolvimento, conseguindo estabelecer diferença entre este e o consumo supérfluo.

A mudança deveria ser realizada a partir da contemplação de projetos sociais, e não apenas de fatores econômicos, sendo estes limitados à sua função de recurso para a ação, pois as dificuldades não poderiam ser solucionadas apenas seguindo-se princípios de razão econômica, a superação do subdesenvolvimento requeria uma reedificação a nível organizacional na qual se fazia necessária uma ação planejada do Estado por meio da admissão de políticas e precauções adequadas pelos países dependentes capazes de promover o dinamismo e impulsionar o sistema econômico.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 3ª ed., 1996.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. 2a. edição. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961.

\_\_\_\_\_. **Dialética do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 2ª ed., 1964.

\_\_\_\_\_. **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina**. 3a. edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

\_\_\_\_\_. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

\_\_\_\_\_. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 14ª ed., 1976.

\_\_\_\_\_. **Pequena introdução ao desenvolvimento**. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

\_\_\_\_\_. **A Fantasia Organizada**. Obra autobiográfica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997a.

\_\_\_\_\_. **A Fantasia Desfeita**. Obra autobiográfica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997b.

\_\_\_\_\_. **Aventuras de um economista brasileiro**. In \_\_\_\_\_. **A Fantasia Desfeita**. Obra autobiográfica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997b, p.09-26.

\_\_\_\_\_. **Os Ares do Mundo**. Obra autobiográfica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997c.

\_\_\_\_\_. **Entre inconformismo e reformismo**. In \_\_\_\_\_. **Os Ares do Mundo**. Obra autobiográfica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997c, p.09-40.

GAUDÊNCIO, F. S. FORMIGA, M. (Coord.). **Era da esperança: teoria e política no pensamento de Celso Furtado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

MANTEGA, Guido. **Celso Furtado e o Pensamento Econômico Brasileiro**. Revista de Economia Política, vol.9, nº 4, outubro/dezembro de 1989. Disponível em [<http://www.rep.org.br/pdf/36-2.pdf>]. Acesso em: 20 de mar. 2008.

MEMÓRIAS DO DESENVOLVIMENTO. Ano 1, n.1, jun. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2007. 251 p. Disponível em [<http://www.centrocelsofurtado.org.br/>]. Acesso em 07 de maio 2008.

MENDES, Constantino C; TEIXEIRA, Joanílio R. **Desenvolvimento Econômico Brasileiro: uma Releitura das Contribuições de Celso Furtado**. Universidade de Brasília - Departamento de Economia. Série Textos para Discussão - texto nº 320. Brasília, 12 de agosto de 2004. Disponível em [<http://www.unb.br/face/eco/cpe/TD/320agosto2004CCMeJRT.pdf>]. Acesso em: 15 de jul. 2008.

SAMPAIO JUNIOR, Plínio de Arruda. **Progresso técnico e desenvolvimento nacional em Celso Furtado**. In: \_\_\_\_\_. **Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. cap.5, p.170-200.

SOUZA, Nali de Jesus. **Pensamento Econômico Brasileiro**. Desenvolvimento Econômico. 5a ed. São Paulo: Atlas, 2005. Texto em versão ampliada da seção 7.3 do livro Desenvolvimento Econômico. Disponível em [[http://www.nalijsouza.web.br.com/pensa\\_econ\\_brasil.pdf](http://www.nalijsouza.web.br.com/pensa_econ_brasil.pdf) ]. Acesso em: 06 de abr. 2008

VIEIRA, Flávio Lúcio R. **Celso Furtado, Pensador do Brasil**. Conceitos, julho de 2004/julho de 2005. Disponível em [<http://www.adufpb.org.br/publica/conceitos/11/art02.pdf>]. Acesso em: 25 de jun. 2008